

NOVAS FRENTES DE NEGÓCIO TRAZEM CRESCIMENTO E REFORÇAM A EXCELÊNCIA COMERCIAL DA AES TIETÊ

Comentários da CFO e DRI - Clarissa Sadock

Seguimos dedicados na execução de nossa estratégia de crescimento e geração de valor para os acionistas, atuando nos nossos três pilares estratégicos: Crescimento e Diversificação, Excelência Comercial e Excelência Operacional.

Na frente de Crescimento e Diversificação, corroborando com o compromisso assumido de entrega antecipada do Complexo Solar Ouroeste, anunciamos que a segunda fase já possui mais de 90% de seu avanço físico concluído, confirmando o início de sua operação comercial ainda no 2S19, mais de 1 ano antes do início de seu PPA. Adicionalmente, continuamos atentos às oportunidades de mercado e possuímos um amplo *pipeline* de projetos sob análise. Fechamos recentemente um acordo de opção de compra de 500 MW de projetos *greenfield* eólico na Bahia, a ser exercida no momento em que fecharmos a venda de contratos de energia de longo prazo. Nossa busca por projetos foca em sinergias operacionais e comerciais que proporcionem incremento do retorno aos nossos acionistas.

Em Excelência Comercial destacamos a assinatura de dois importantes contratos de Geração Distribuída no 2T19. O primeiro, com a rede de *fast food* McDonald's, será uma das maiores plantas solares remotas de um único cliente no país, contando com 5,3 MW instalados que abastecerão 39 lojas da rede. O segundo, com a Rede de Farmácias São João, possui capacidade instalada de 3 MW, abastecerá cerca de 200 lojas e tem potencial para ser expandido em até 9 MW. Juntos, os projetos mostram a capacidade da AES Tietê no desenvolvimento de novas frentes de negócio que visam atender às necessidades de nossos clientes.

Refinanciamos R\$ 2,2 bilhões de nossa dívida em abril de 2019, reduzindo o custo, aumentando o prazo em quase 2 anos e flexibilizando os *covenants*. A nova dívida conta com um limite da relação dívida líquida / Ebitda ajustado de 4,5x, alinhado com nossa estratégia de crescimento. Essa emissão recebeu certificação internacional de *Green Bond*, com base no desempenho socioambiental avaliado devido à sua contribuição para geração de energia renovável no país. Esta é a primeira debênture de projeto solar a obter essa certificação no Brasil.

Outro destaque do trimestre foi a aprovação do texto base que soluciona a questão do GSF, tratado por meio do Projeto de Lei nº 10.985. Após aprovação no Senado e sanção presidencial, será a vez da ANEEL regulamentar os detalhes do acordo. A Companhia enxerga a resolução deste passivo com otimismo e reafirma seu esforço para regularização da dinâmica do setor.

Reiterando nosso engajamento com a geração de valor e retorno aos acionistas, anunciamos a distribuição de R\$ 35,2 milhões de dividendos intermediários no trimestre.

RESULTADOS

2T19

Teleconferência de Resultados

07.08.2019

10h00 (BRT) / 09h00 (EST)

Código: AES Tietê

Conexão:

Brasil: +55 11 3193 1070

+55 11 2820 4070

EUA: +1 646 828 8246

+1 646 291 8936

Slides da apresentação e áudio estarão disponíveis em:

ri.aestiete.com.br

CONTATO:

Tel. +55 11 4197-4925

E-mail ri.aestiete@aes.com

ÍNDICE

DESTAQUES 2T19	2
PERFIL DA COMPANHIA	3
ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO	3
PORTFÓLIO DE CAPACIDADE INSTALADA	5
DESEMPENHO OPERACIONAL E COMERCIAL	7
DESEMPENHO FINANCEIRO	12
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS	21
CONTEXTO REGULATÓRIO	23
DESEMPENHO SETOR HÍDRICO	27
ANEXOS / GLOSSÁRIO	34

AES Tietê Energia S.A. - R\$ milhões	2T18	2T19	Var	1S18	1S19	Var
Receita Bruta	512,7	550,6	7,4%	995,3	1.105,9	11,1%
Receita Líquida	461,9	495,7	7,3%	892,0	996,7	11,7%
Custos e Despesas Operacionais ¹	191,6	270,2	41,0%	362,8	506,9	39,7%
Ebitda	270,3	225,5	-16,6%	529,2	489,8	-7,4%
Margem Ebitda - %	58,5%	45,5%	-13,0 p.p.	59,3%	49,1%	-10,2 p.p.
Lucro Líquido	93,0	35,4	-61,9%	147,7	97,5	-34,0%
Margem Líquida - %	20,1%	7,1%	-13,0 p.p.	16,6%	9,8%	-6,8 p.p.
Patrimônio Líquido	1.587,0	1.466,6	-7,6%	1.587,0	1.466,6	-7,6%
Dívida Líquida	2.059,1	2.865,0	39,1%	2.059,1	2.865,0	39,1%
Geração de caixa operacional	285,8	280,0	-2,0%	625,1	606,6	-3,0%

¹Não inclui depreciação e amortização.

Índices	2T18	2T19
Lucro Líquido ¹ / PL	0,14x	0,16x
Dívida Líquida/ PL	1,30x	1,95x
Dívida Líquida/ Ebitda ajustado ²	2,20x	2,93x
Ebitda ajustado ² / Despesa Financeira	3,10x	2,82x

¹ Últimos 12 meses.

² Relacionada ao serviço da dívida.

TIET11: R\$ 12,53 (05/08/2019)

VALOR DE MERCADO: R\$ 4,9 bilhões

VALOR DE MERCADO: US\$ 1,2 bilhão

São Paulo, 05 de agosto de 2019 – AES Tietê Energia S.A. (“Companhia” ou “AES Tietê Energia”) (B3: TIET3, TIET4 e TIET11) anunciou hoje os resultados referentes ao 2º trimestre de 2019 (“2T19”). As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em milhões de reais, de acordo com a legislação societária.

DESTAQUES 2T19

Recursos Naturais

- Afluência do SIN de 96,8% da MLT¹ no 2T19 vs. 77,9% no 2T18
- Nível dos reservatórios do SIN encerrou o 2T19 em 53,1% vs. 41,8% no 2T18
- Rebaixamento médio² de 10,7% no MRE no 2T19 vs. 16,0% no 2T18
- Vento na região de Alto Sertão II com velocidade média de 8,1 m/s no 2T19 vs. 9,1 m/s no 2T18
- Irradiação média na região de Guaimbê de 135,8 kWh/m² no 2T19 vs. 137,2 kWh/m² no 2T18

Operacional

- Fonte hídrica: volume de energia bruta gerada de 2.235,9 GWh no 2T19 vs. 2.204,1 GWh no 2T18
- Fonte eólica: volume de energia bruta gerada de 382,8 GWh no 2T19 vs. 450,2 GWh no 2T18
- Fonte solar: volume de energia bruta gerada de 64,0 GWh no 2T19

Financeiro

- R\$ 225,5 milhões de Ebitda no 2T19 vs. de R\$ 270,3 milhões no 2T18
- R\$ 35,4 milhões de lucro líquido no 2T19 vs. R\$ 93,0 milhões em no 2T18
- Distribuição de dividendos de R\$ 35,2 milhões no 2T19 com *payout* de 99%
- Índice de alavancagem³ encerrou o trimestre em 2,93x

¹ Média de longo termo, desde 1931.

² Considera dados preliminares da CCEE para junho de 2019.

³ Obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda Ajustado.

PERFIL DA COMPANHIA

A AES Tietê Energia é uma das maiores companhias privadas de geração de energia renovável do Brasil em termos de capacidade instalada, com 20 anos de experiência no setor energético brasileiro e um portfólio diversificado e complementar de ativos de geração, que compreende fontes de energia hidrelétrica, eólica e solar.

As *units* da Companhia são negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. sob o código TIET11, sendo cada *unit* formada por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária de emissão da Companhia. As *units* integram o Índice Brasil 100 (“IBrX 100”), o Índice de Energia Elétrica (“IEE”) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (“ISE”) da B3. Adicionalmente, a Companhia também possui *American Depositary Receipts* (“ADRs”) negociadas no Nível I no mercado de balcão (“OTC Markets”) norte-americano (“AESTY”), com a paridade entre as ADRs e as ações da Companhia na razão de uma ADR para uma *unit*.

ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO

A AES Tietê Energia dedica seus esforços e trabalha para se tornar uma plataforma diversificada de geração renovável, diferenciando-se por sua excelência como gestora de ativos e pela presença global do grupo AES. A meta da Companhia é crescer sua capacidade de geração, diversificando seu portfólio com fontes sem risco hidrológico e contratos de longo prazo. Pilar central dessa estratégia é diligência na avaliação das oportunidades de crescimento, sempre prezando pela geração de valor aos seus acionistas.

O histórico de construção e operação da AES em grandes empreendimentos de geração qualifica e dá o suporte necessário para a execução desta estratégia, que está em linha com as perspectivas tanto dos consumidores, cada vez mais exigentes e atuantes, quanto dos acionistas da Companhia, que buscam crescimento e retornos financeiros adequados.

De modo a cumprir com esta estratégia, a AES Tietê Energia segue com três frentes de atuação:

Crescimento: busca de ativos que: (i) possibilitem sinergias operacionais quando integrados à plataforma da Companhia, inclusive com o seu acionista controlador AES Corp; (ii) permitam a otimização de sua estrutura de capital, com apreciação do retorno da Companhia; (iii) agreguem fontes de geração complementares ao portfólio da AES Tietê Energia, com contratos de longo prazo para a redução de riscos e o aumento da previsibilidade da receita; e (iv) apresentem retornos atrativos.

O crescimento da Companhia também se dá por meio de inovação e implementação de novas tecnologias. A AES Tietê Energia trabalha na estruturação de uma plataforma comercial integrada de produtos e soluções inovadoras de energia, atuando de ponta a ponta, com soluções de pronta entrega e sob medida para levar aos seus clientes uma oferta flexível e centrada nas suas necessidades;

Estratégia comercial: foco na otimização da margem comercial do portfólio integrado da Companhia vis a vis o risco hidrológico. A AES Tietê Energia atua para reduzir a volatilidade de sua margem e aproveitar as oportunidades de mercado por meio de estudos de inteligência setorial, antecipação das tendências de preços de curto prazo, estreito relacionamento com os clientes e agilidade na implementação da estratégia;

e

Excelência operacional: garantir e incrementar a eficiência na operação da Companhia, que anda em linha com a estratégia de crescimento mencionada. A AES Tietê Energia está focada na identificação de projetos que permitam capturar valor mediante o incremento de performance proporcionado por uma equipe qualificada de O&M e uma gestão diligente de seus ativos. Outro ponto de destaque é a centralização das operações de todas as plantas do portfólio pelo Centro de Operação (COGE), garantindo a gestão eficiente dos ativos. A Companhia, de forma mais ampla, tem como objetivo garantir a excelência de sua operação, incluindo a otimização de sua estrutura de capital que serve de suporte para a estratégia de crescimento.

Como resultado dessa estratégia, diversos produtos e soluções estão sendo customizados para cada perfil de cliente. Um exemplo é a geração de energia através de fazendas solares, nos modelos de geração distribuída e compartilhada.

Ainda em linha com as fontes renováveis, a AES Tietê Energia foi pioneira na comercialização de I-RECs no Brasil, certificado global que comprova a geração de energia por meio de fontes renováveis, certificando seu uso, garantindo rastreabilidade, valorização e engajamento da marca do usuário com as causas ambientais.

Em paralelo, a Companhia também tem se posicionado no mercado de armazenamento de energia por meio de baterias (“*energy storage*”). Com o aumento no uso de fontes cada vez mais intermitentes e sazonais, as soluções por meio de baterias permitem o armazenamento da energia para uso futuro, conforme curva de consumo ou de preço, sem interrupção e de forma segura, com respostas praticamente instantâneas.

Os investimentos em inovação continuam sendo foco da empresa, que busca constantemente as melhores práticas, seja por meio de desenvolvimento interno ou programas de aceleração de *startups*. O objetivo é simples: criar soluções disruptivas e de fácil aplicação, capazes de agregar funcionalidades e facilitar a vida dos usuários.

PORTFÓLIO DE CAPACIDADE INSTALADA

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). Atualmente, o portfólio de ativos da Companhia conta com uma capacidade instalada total de 3.338 MW⁴, sendo 2.658 MW hídrico, 386 MW eólico e 294 MW solar, incluindo os ativos em construção.

FORTE HÍDRICA

O portfólio hidráulico da Companhia é composto por nove usinas hidráulicas (“UHEs”) e três pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”).

Usinas Hidrelétricas	Localização (Estado)	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física Bruta (MWm)	Vencimento da Concessão
Água Vermelha	São Paulo	1978	6	1.396,2	731,0	2029
Bariri	São Paulo	1969	3	143,1	62,7	2029
Barra Bonita	São Paulo	1963	4	140,8	47,8	2029
Caconde	São Paulo	1966	2	80,4	33,2	2029
Euclides da Cunha	São Paulo	1960	4	108,8	49,2	2029
Ibitinga	São Paulo	1969	3	131,5	70,3	2029
Limoeiro	São Paulo	1958	2	32,0	14,8	2029
Nova Avanhandava	São Paulo	1982	3	347,4	132,1	2029
Promissão	São Paulo	1975	3	264,0	98,8	2029
PCH Mogi	São Paulo	1997	2	7,2	4,0	2029
PCH S. Joaquim	São Paulo	2011	1	3,0	1,0	2032
PCH S. José	São Paulo	2012	2	4,0	1,6	2032
Total Portfólio Hídrico			35	2.658,4	1.246,5	

FORTE EÓLICA

Em 03 de agosto de 2017, a AES Tietê Energia concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da Companhia.

Complexos Eólicos	Localização (Estado)	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física Bruta (MWm)	Energia Assegurada (MWm)	Fim do PPA	Fim da Autorização
Complexo Alto Sertão II								
LER 2010	Bahia	2014	100	167,6	83,2	78,0	set/33	2048
LEN 2011	Bahia	2015	130	218,4	101,5	103,6	dez/33	2048
Total Portfólio Eólico			230	386,0	184,7	181,6		

⁴ Considerando 10 MW provenientes de dois contratos de longo prazo de compra de energia de biomassa de cana-de-açúcar, a capacidade total instalada da Companhia é de 3.348 MW.

FONTES SOLAR

Em 3 de setembro de 2018, a AES Tietê Energia concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês. Em 2017, por meio da aquisição da Planta Solar Boa Hora (“Fase 1”) e comercialização da Planta AGV Solar (“Fase 2”) em leilão, a AES Tietê Energia adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo possui entrada em operação faseada, sendo que a primeira delas já opera em testes desde março de 2019 e o projeto completo tem início de operação comercial previsto para o segundo semestre de 2019.

Complexos Solares	Localização (Estado)	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Fim do PPA	Fim da autorização
Complexo Guaimbê	São Paulo	Set/18	557.490	150,0	29,5	set/37	2050
Complexo Ouroeste			522.760	144,0	36,0		
Boa Hora (Fase 1)	São Paulo	2S19	246.240	69,0	15,0	out/38	2051
AGV Solar (Fase 2)	São Paulo	2S19	276.520	75,0	20,0	dez/40	2053
Total Portfólio Solar			1.080.250	294,0	65,5		

DESEMPENHO COMERCIAL E OPERACIONAL

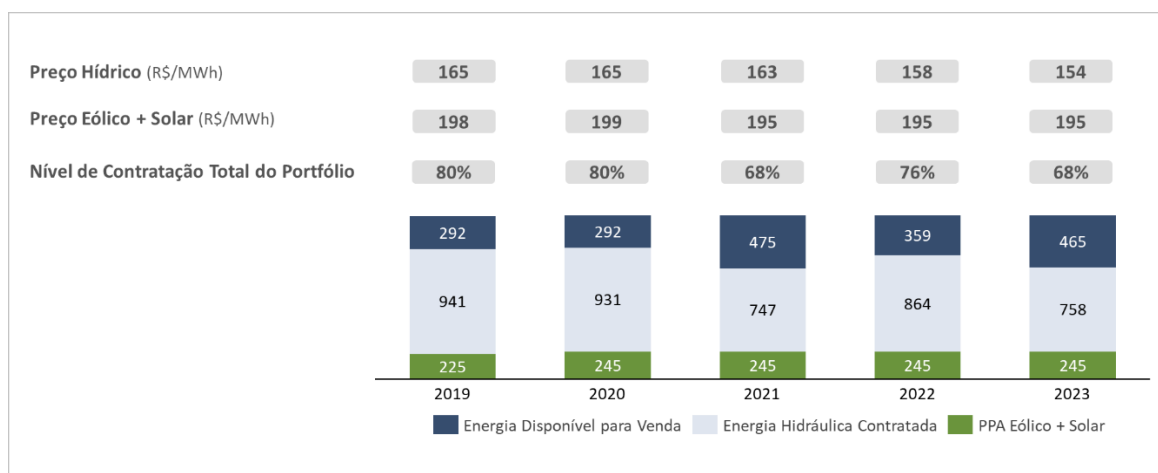
GESTÃO COMERCIAL DO PORTFÓLIO DE ENERGIA

Desde 2016, a AES Tietê Energia implementou uma estratégia dinâmica e ativa de curto, médio e longo prazos para a mitigação do risco hidrológico. A estratégia da Companhia está pautada na gestão do portfólio, com monitoramento constante das exposições mensais, buscando oportunidades comerciais para geração de valor e redução da volatilidade na geração de caixa. Essa estratégia pode ser dividida em três frentes:

- (i) **Nível de contratação:** o nível de contratação do portfólio garante uma margem de energia descontratada, que é utilizada como *hedge* para absorver o rebaixamento da garantia física causado pelo GSF durante o ano. A decisão do nível de contratação ótimo é feita com base na visão da Companhia de risco e retorno.

No 1S19, a AES Tietê, aproveitando-se de oportunidades comerciais, elevou significativamente o nível de contratação de seu portfólio para os próximos anos, com preços de venda acima do portfólio hídrico atual. Tais vendas aproximam a Companhia dos níveis de contratação estimados como ótimos para os anos futuros e garantem maior previsibilidade em seus resultados. O preço médio dos novos contratos fechados no semestre foi de aproximadamente R\$ 167/MWh.

Evolução do portfólio⁵ - MWm



- (ii) **Compra de energia:** estratégia em que a Companhia compra energia de forma antecipada para venda de acordo com sua estratégia de sazonalização de energia para o ano, com foco na proteção da margem comercial. A Companhia fechou mais contratos de compra de energia para o ano de 2019 do que para 2018, principalmente para reforçar sua posição nos meses mais secos do ano, sendo que as compras para 2019 foram todas feitas em 2018; e

⁵ Considera energia convencional e incentivada das usinas hídricas, excluindo perdas e consumo interno (garantia física líquida). Valores reais com base em junho de 2019.

- (iii) **Alocação da garantia física (“GF”)**: a alocação de parte da garantia física de forma independente à alocação do MRE é parte da estratégia de sazonalização de energia mencionada no tópico anterior. Neste ano, a Companhia seguiu o plano de deslocamento da garantia física dos primeiros meses do ano para os meses de estação seca, em função da esperada elevação do GSF e dos preços do mercado *spot* nestes meses. Abaixo é possível observar o deslocamento e a alocação da garantia física por trimestre.

Alocação de GF	1T18	1T19	2T18	2T19	1S18	1S19
Energia Alocada/Deslocada (MWm) ¹	-109	-50	+50	-77	-	-
GF alocada	19%	15%	24%	22%	43%	37%

¹ comparação entre o cenário em que a Companhia segue a alocação do MRE com 100% de suas usinas vs. a estratégia atual

A combinação das estratégias de compra de energia com a de alocação de GF resultam na composição da energia disponível para venda do ano. Esta estratégia é definida a partir de uma visão estatística do cenário hidrológico e é sensível à hidrologia atípica observada até agora em 2019.

○ FONTE HÍDRICA

○ Energia gerada

O volume total de energia gerada pelas usinas hidráulicas da AES Tietê Energia atingiu 2.235,9 GWh no 2T19, praticamente estável em comparação com o montante averiguado no mesmo período de 2018 (2.204,1 GWh).

No 1S19, o volume total de energia gerada pelas usinas hidráulicas foi de 5.157,8 GWh, um aumento de 12,4% quando comparado com o 1S18 (4.588,1 GWh), reflexo do:

- (i) crescimento de 12,7% na geração das usinas localizadas na Bacia do Rio Grande, devido à melhor afluência verificada no período (72,5% da MLT no 1S19 vs. 51,2% no 1S18). Nesta Bacia está localizada a Usina de Água Vermelha, que corresponde a aproximadamente 50% da garantia física hídrica da Companhia e foi responsável por 49% da geração do período; e
- (ii) crescimento de 11,9% na geração das usinas localizadas na Bacia do Rio Tietê, devido à melhor afluência no período (108,0% da MLT no 1S19 vs. 70,4% no 1S18). As usinas localizadas nesta Bacia foram responsáveis por 40,9% da geração do período.

Geração - Usinas Hidráulicas (GWh)	2T18	2T19	Var	1S18	1S19	Var
Energia Gerada Bruta	2.204,1	2.235,9	1,4%	4.588,1	5.157,8	12,4%
Água Vermelha	1.276,9	1.043,6	-18,3%	2.355,0	2.534,3	7,6%
Bariri	105,4	143,0	35,6%	268,2	351,2	31,0%
Barra Bonita	97,6	138,3	41,7%	237,2	299,6	26,3%
Caconde	57,1	100,5	75,9%	114,2	183,7	60,8%
Euclides da Cunha	71,4	120,8	69,1%	168,1	240,9	43,3%
Ibitinga	114,5	140,8	23,0%	309,3	315,2	1,9%
Limoeiro	21,0	34,8	65,7%	49,7	70,1	40,9%
Nova Avanhandava	256,6	283,5	10,5%	618,4	661,6	7,0%
Promissão	198,9	223,2	12,2%	451,7	482,4	6,8%
Mogi / S. Joaquim / S. José	4,7	7,6	61,5%	16,1	18,8	16,4%
Energia Gerada Líquida	2.147,5	2.199,2	2,4%	4.478,9	5.051,8	12,8%

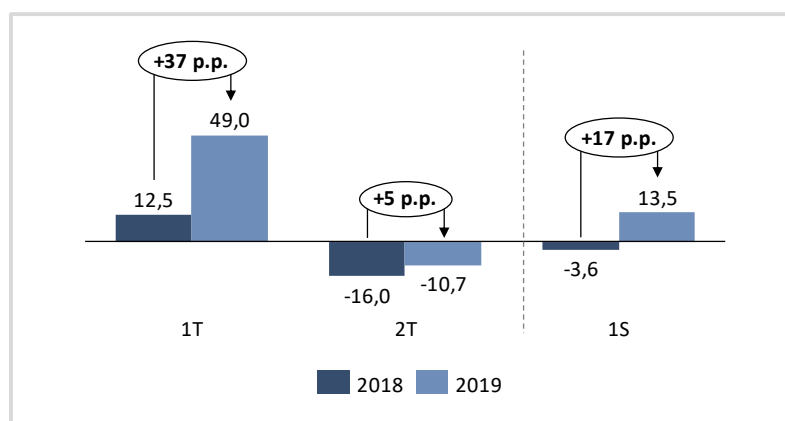
o Fator de Ajuste da Garantia Física (“GSF”) - Energia Secundária/Rebaixamento

No 2T19 registrou-se um rebaixamento médio de 10,7%, 5,3 p.p. inferior ao rebaixamento registrado no mesmo período de 2018 (16,0%), devido a maior afluência no período.

Na análise do semestre, o 1S19 registrou energia secundária de 13,5% comparada a um rebaixamento de 3,6% no 1S18. A manutenção da elevada secundária verificada no início do ano de 2019 se deve principalmente à sazonalização da garantia física das usinas participantes do MRE, e não propriamente ao desempenho de geração das usinas do MRE, que poluiu o número registrado no 1T19.

O gráfico abaixo apresenta o GSF contabilizado pela CCEE no MRE nas liquidações financeiras efetuadas nos primeiros trimestres e primeiro semestre de 2019 e de 2018.

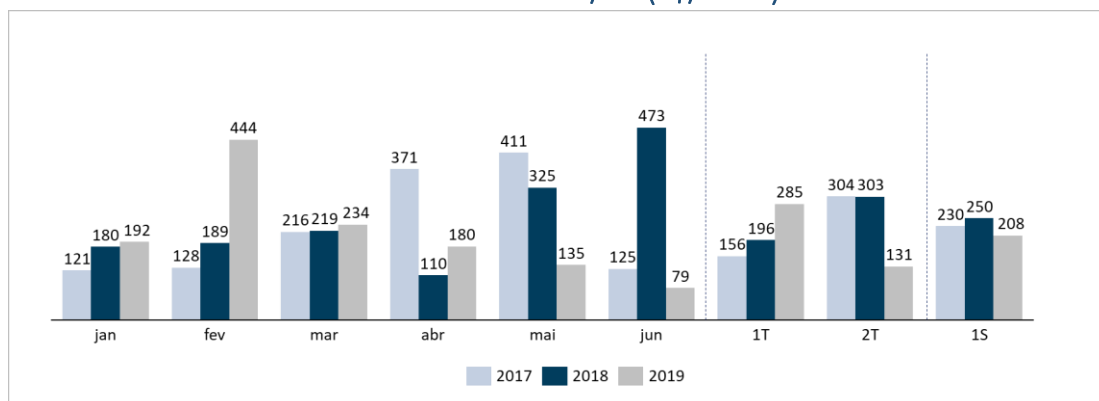
Energia Secundária/GSF no MRE⁶ (%)



Fonte: CCEE

o Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”)

Histórico PLD SE/CO (R\$/MWh)



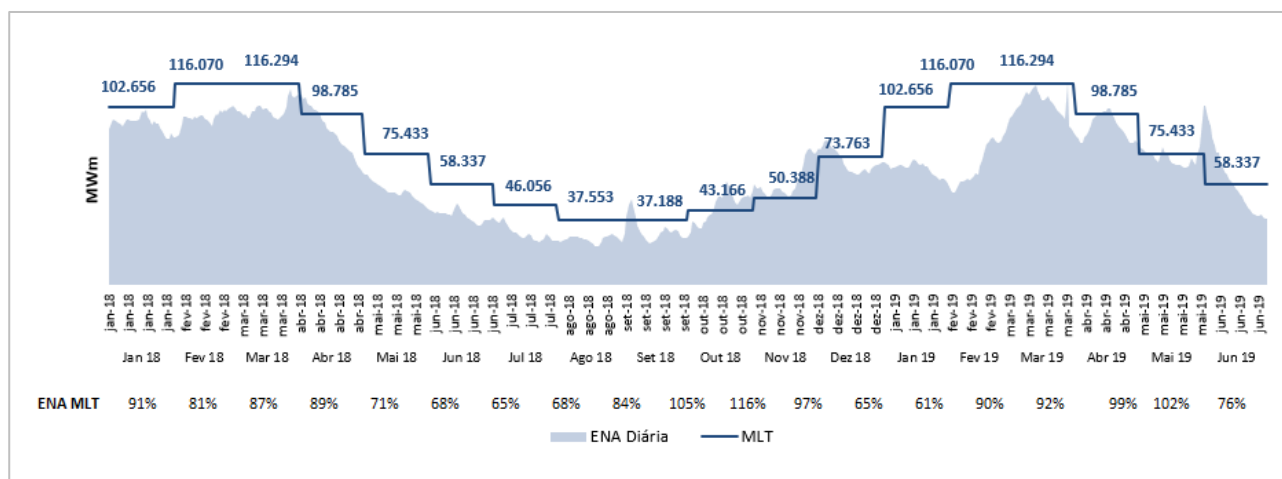
Fonte: CCEE

O PLD médio para o submercado SE/CO no 2T19 foi R\$ 131,41/MWh, 56,6% menor que o valor registrado no 2T18 (R\$ 302,93/MWh), principalmente devido à maior afluência do período, conforme demonstrado no próximo gráfico.

⁶ Considera dados preliminares da CCEE para junho de 2019.

A hidrologia atípica nos primeiros meses desse ano, fez com que o PLD médio para o submercado SE/CO no 1S19 fechasse em R\$ 207,82/MWh vs. R\$ 249,88/MWh no 1S18. Quando analisados em conjunto, os gráficos apresentados nesta seção demonstram que a afluência e a variação mensal do preço, com destaque para os meses de fevereiro e junho, ficaram fora da média dos últimos 3 anos.

Hidrologia Mensal Observada (%MLT e MWh)



Balanco Energético

Considerando o cenário hidrológico apresentado acima, o nível de contratação do portfólio e a curva de alocação da garantia física da Companhia, é apresentado o balanço energético do período:

Balanco Energético – AES Tietê (MWh)	2T18	2T19	Var	1S18	1S19	Var
Energia Gerada Líquida	2.147.535	2.199.226	2,4%	4.478.890	5.051.823	12,8%
Garantia Física Líquida Alocada	2.559.871	2.349.665	-8,2%	4.530.207	3.949.891	-12,8%
(+) Compras ¹	476.347	673.445	41,4%	843.029	1.063.029	26,1%
(-) Vendas Bilaterais	2.491.753	2.559.852	2,7%	4.802.845	5.465.412	13,8%
(=) Lastro	544.466	463.258	-14,9%	570.392	-452.492	-179,3%
(+) Secundária / Rebaixamento (GSF) e MRA	-411.462	-252.485	-38,6%	-170.731	531.488	-411,3%
(=) Spot	133.004	210.773	58,4%	399.661	78.996	-80,3%
Secundária / GSF	-16,0%	-10,7%	5,3 p.p.	-3,6%	13,5%	+17,1 p.p.
PLD médio SE/CO (R\$/MWh)	303	131	-56,6%	250	208	-16,8%

¹ considera compra antecipada de energia para estratégia de mitigação de risco hidrológico

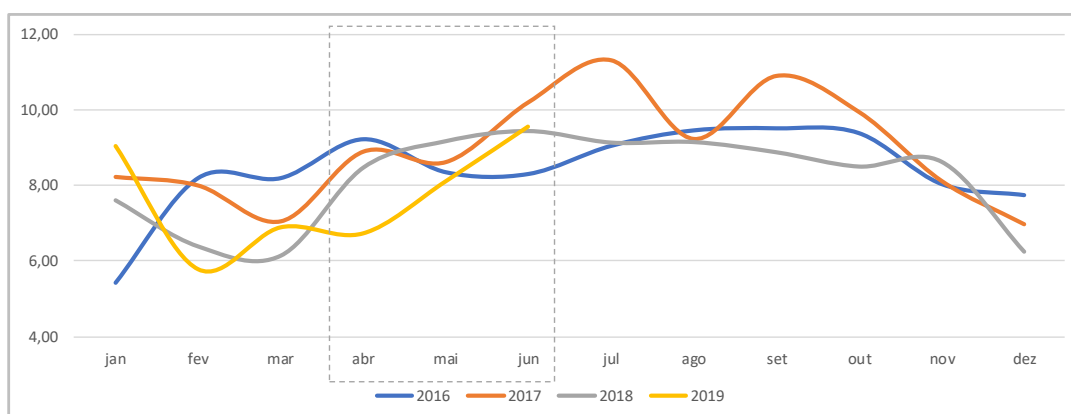
No 2T19 a AES Tietê incrementou suas compras de energia em 41,4% para suprimento de contratos e como apoio à estratégia comercial de mitigação do risco hidrológico, o que fez com que a Companhia ficasse com posição mais *long* na comparação dos períodos. A maior energia disponível para liquidação no mercado de curto prazo não foi suficiente para incrementar a margem hídrica do período devido ao PLD médio mais baixo. O impacto desse efeito nos resultados da Companhia pode ser visto na seção de Desempenho Financeiro deste documento.

○ FONTE EÓLICA

○ Energia gerada

A geração eólica varia principalmente de acordo com a disponibilidade das máquinas e a velocidade do vento da região em que o parque eólico está localizado. Para os parques localizados na região Nordeste, a curva de sazonalidade de vento é mais forte principalmente no segundo e terceiro trimestres. Esse efeito é refletido diretamente na receita dos parques.

Histórico de Velocidade Média do Vento em Alto Sertão II (m/s)



Fonte: Companhia

A geração bruta do Complexo Eólico Alto Sertão II foi 15,0% inferior no 2T19 quando comparada ao mesmo período do ano anterior (382,8 GWh no 2T19 vs. 450,2 GWh no 2T18), resultado dos menores ventos no período (8,1 m/s no 2T19 vs. 9,1 m/s no 2T18). No 1S19 a geração bruta do complexo foi 4,0% inferior à registrada no 1S18, pelo motivo já mencionado. O melhor vento registrado no 1T19 (7,2 m/s no 1T19 vs. 6,7 m/s no 1T18) não foi suficiente para compensar a queda na disponibilidade do recurso que resultou na redução da geração do período acumulado.

Geração - Parques Eólicos (GWh)	2T18	2T19	Var	1S18	1S19	Var
Energia Gerada Bruta	450,2	382,8	-15,0%	718,1	689,2	-4,0%
LER 2010	197,6	164,9	-16,6%	305,8	290,4	-5,0%
LEN 2011	252,6	217,9	-13,7%	412,2	398,8	-3,3%

○ FONTE SOLAR

○ Energia gerada

A localização da maior parte do território brasileiro na região intertropical torna a energia solar uma das fontes com maior potencial de crescimento no país, dado que a duração da incidência da irradiação é bastante constante.

No 2T19, o Complexo Solar Guaimbê, que entrou em operação em setembro de 2018, registrou geração bruta de 64,0 GWh. No acumulado do semestre, a geração bruta foi de 130,7 GWh.

Dando continuidade à nossa estratégia de diversificação de fontes, conforme despachos da Aneel nº 679, 680 e 681, a primeira fase do Complexo Solar Ouroeste iniciou sua operação em teste em março de 2019. A estimativa é que o Complexo esteja em operação comercial total até o final deste ano.

Geração - Parques Solares (GWh)	2T18	2T19	Var	1S18	1S19	Var
Energia Gerada Bruta	-	64,0	-	-	130,7	-
Guaimbê	-	64,0	-	-	130,7	-

DESEMPENHO FINANCEIRO

o RECEITA E MARGEM LÍQUIDA

A receita operacional líquida totalizou R\$ 495,7 milhões no 2T19, 7,3% superior ao resultado registrado no 2T18 (R\$ 461,9 milhões). Já no 1S19 a receita operacional líquida atingiu R\$ 996,7 milhões, valor 11,7% maior que o reportado no 1S18 (R\$ 892,0 milhões).

A margem operacional líquida (receita líquida livre de compra de energia para revenda, taxas e encargos setoriais) da AES Tietê Energia totalizou R\$ 311,1 milhões no 2T19, abaixo 11,4% do valor auferido no 2T18 (R\$ 351,1 milhões). Esse resultado pode ser explicado pela:

- (i) queda de R\$ 31,5 milhões na margem hídrica, consequência da hidrologia atípica no ano e da estratégia de sazonalização de energia para o trimestre; e
- (ii) redução de R\$ 26,6 milhões na margem eólica, devido principalmente ao efeito não recorrente em 2018 da descontratação de parte da energia e recontratação a preços maiores que do contrato regulado; efeitos compensados parcialmente pelo
- (iii) incremento de R\$ 14,2 milhões na margem solar, resultado da entrada em operação do Complexo Guaimbê.

No 1S19 a margem operacional líquida da Companhia foi de R\$ 657,2 milhões, apresentando uma queda de 5,2% quando comparada ao mesmo período do ano anterior (R\$ 693,3 milhões), resultado explicado pela:

- (i) queda de R\$ 43,6 milhões na margem hídrica, dados os impactos mencionados anteriormente, efeitos parcialmente compensados por vendas bilaterais à preços mais atrativos; e
- (ii) redução de R\$ 30,1 milhões na margem eólica, pelo efeito comparativo com o MCSD explicado anteriormente; efeitos compensados parcialmente pelo
- (iii) incremento de R\$ 32,3 milhões na margem solar, pela entrada em operação do Complexo Guaimbê.

o DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 85,6 milhões no 2T19, aumento de 5,9% em relação ao resultado apresentado no 2T18 (R\$ 80,8 milhões). O aumento verificado no período é explicado principalmente por:

- (i) gastos de R\$ 3,1 milhões com honorários advocatícios e consultorias como apoio à estratégia de crescimento da Companhia, sendo R\$ 2,2 milhões não recorrentes; e
- (ii) incremento de R\$ 0,9 milhão pela entrada em operação do Complexo Solar Guaimbê.

Já no 1S19, as despesas foram de R\$ 167,4 milhões, representando um leve aumento de 2,0% em comparação com o 1S18 (R\$ 164,1 milhões).

o EBITDA

A AES Tietê Energia registrou um Ebitda de R\$ 225,5 milhões no 2T19, valor 16,6% inferior a cifra do 2T18 (R\$ 270,3 milhões). Este resultado se deve principalmente à redução da margem líquida hídrica em R\$ 31,5 milhões pelo perfil hidrológico do período e R\$ 26,6 milhões na margem líquida eólica em função do efeito não recorrente da desconstrução em 2018.

No acumulado do ano, o Ebitda foi de R\$ 489,8 milhões, representando uma queda de 7,4% em comparação ao 1S18 (R\$ 529,2 milhões), consequência, principalmente, do resultado das operações hídricas devido à hidrologia atípica e o efeito não recorrente do MSCD em 2018 para a fonte eólica.

o RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado pela Companhia no 2T19 foi uma despesa de R\$ 99,5 milhões, um incremento de 43,8% comparado com a despesa de R\$ 69,2 milhões registrada no 2T18. No 1S19, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 189,8 milhões, 15,1% maior que a despesa registrada no 1S18 (R\$ 164,9 milhões).

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2T18	2T19	Var	1S18	1S19	Var
Receitas Financeiras	31,5	22,5	-28,7%	57,3	40,8	-28,7%
Despesas Financeiras	(117,3)	(130,9)	11,6%	(235,1)	(242,0)	2,9%
Variações Cambiais	16,7	9,0	-45,9%	12,9	11,3	-12,3%
Resultado Financeiro	(69,2)	(99,5)	43,8%	(164,9)	(189,8)	15,1%

o Receitas Financeiras

As receitas financeiras somaram R\$ 22,5 milhões no 2T19, uma redução de 28,7% em comparação com a receita financeira registrada no 2T18 (R\$ 31,5 milhões). Isso se deve, principalmente ao menor saldo em aplicação. No 1S19, as receitas totalizaram R\$ 40,8 milhões vs. R\$ 57,3 milhões no 1S18, devido a diminuição em R\$ 15,6 milhões na receita proveniente de aplicações financeiras, resultado do menor saldo aplicado e menor CDI médio entre os períodos (6,40% no 1S19 vs. 6,56% no 1S18).

o Despesas Financeiras

As despesas financeiras somaram R\$ 130,9 milhões no 2T19, montante 11,6% superior aos R\$ 117,3 milhões registrados no mesmo período de 2018, devido principalmente ao:

- (i) aumento de R\$ 12,1 milhões devido aos gastos com o pré-pagamento de cerca de 50% das dívidas da carteira da Companhia com a 9ª Emissão de Debêntures que aconteceu em abril deste ano, sendo R\$ 6,1 milhões na linha de prêmio de resgate antecipado e R\$ 6,0 milhões na linha de encargos de dívida, referentes ao custo diferido do montante quitado; e
- (ii) aumento de R\$ 6,9 milhões nos encargos de dívida, incluindo a atualização monetária de empréstimos e debêntures, devido ao maior saldo na comparação entre os períodos (R\$ 4.107,9 milhões no 2T18 vs R\$ 4.261,9 milhões no 2T19).

No período acumulado, a despesa financeira foi de R\$ 242,0 milhões em 2019, apresentando um leve aumento quando comparada com o resultado do 1S18 (R\$ 235,1 milhões). Esse aumento se deve à:

- (i) aumento de R\$ 14,7 milhões na despesa com encargos de dívida pelo motivo mencionado acima;
- (ii) aumento de R\$ 12,1 milhões devido ao prêmio de resgate antecipado explicado anteriormente; efeitos compensados parcialmente pela
- (iii) redução na despesa de R\$ 12,2 milhões na linha de juros capitalizados, resultado da estratégia de crescimento da Companhia; e
- (iv) efeito positivo de R\$ 6,9 milhões na linha de fiança e seguro garantia pela troca do perfil da carteira, barateando esse custo.

o Variações Cambiais

As variações cambiais foram positivas em R\$ 9,0 milhões no 2T19, uma variação de 45,9% quando comparadas aos R\$ 16,7 milhões do 2T18. Essa redução se deve à:

- (i) variação cambial positiva de R\$ 23,7 milhões no 2T18 vs. R\$ 8,1 milhões no 2T19, relacionada à operação de *hedge* realizada para compra de equipamentos de geração solar para os parques em construção; efeito compensado parcialmente pela
- (ii) variação cambial negativa de R\$ 7,0 milhões no 2T18 referente nas perdas sobre o repasse de energia à Itaipu, que não se repetiram nesse trimestre.

No 1S19, o resultado das variações cambiais foi de R\$ 11,3 milhões, 12,3% menor que o resultado do 1S18 (R\$ 12,9 milhões). Tal variação pode ser explicada pelos efeitos mencionados acima, sendo:

- (i) efeito negativo de R\$ 9,5 milhões na comparação dos ganhos cambiais das operações de *hedge* das plantas solares; e
- (ii) efeito positivo de R\$ 7,8 milhões entre os períodos referente ao repasse de Itaipu.

o LUCRO LÍQUIDO

No 2T19, a AES Tietê Energia apurou um lucro líquido consolidado de R\$ 35,4 milhões, resultado 61,9% inferior ao auferido no 2T18 (R\$ 93,0 milhões). Contribuíram para o resultado os seguintes fatores:

- (i) redução de R\$ 40,0 milhões na margem do período, em função principalmente do efeito da estratégia de sazonalização de energia da Companhia;
- (ii) redução do resultado financeiro em R\$ 30,3 milhões na comparação entre os períodos pelo maior saldo de dívida e desembolso de prêmio de resgate antecipado pelo pré-pagamento de dívidas; e
- (iii) incremento do gasto com depreciação e amortização em R\$ 14,2 milhões, pela adição de novos ativos ao portfólio; efeitos compensados parcialmente pela
- (iv) contração de R\$ 32,0 milhões na linha de tributos pagos devido à redução do resultado antes dos tributos (R\$ 135,3 milhões no 2T18 vs. R\$ 45,8 milhões no 2T19) e consequentemente do lucro tributável do período.

No 1S19, o lucro líquido consolidado apurado foi R\$ 97,5 milhões, 34,0% menor que o mesmo período do ano passado (R\$ 147,7 milhões), principalmente devido à:

- (i) redução de R\$ 36,1 milhões na margem operacional líquida, em função principalmente dos efeitos do 2T19;
- (ii) redução do resultado financeiro em R\$ 24,9 milhões, explicado pelo efeito não recorrente do pagamento do prêmio de resgate antecipado no 2T19 e aumento do saldo de dívida; e
- (iii) aumento de R\$ 23,6 milhões na linha de depreciação e amortização, pela adição de novos ativos ao portfólio; efeitos parcialmente compensados pela
- (iv) redução de R\$ 37,6 milhões na linha de tributos pagos, conforme mencionado acima.

o REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Administração da AES Tietê Energia aprovou a distribuição de R\$ 35,2 milhões como dividendos intermediários relativos ao 2T19, sendo R\$ 0,01789513391 por ação ordinária e preferencial e R\$ 0,08947566955 por *unit*.

A data base para o direito ao recebimento de dividendo (*record date*) será no dia 8 de agosto de 2019 e as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas “ex-dividendos” a partir do dia 9 de agosto de 2019. Os valores distribuídos a título de dividendos intermediários estão isentos de IRRF, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249/95, conforme alterada, e seu pagamento será realizado em 23 de outubro de 2019.

○ ENDIVIDAMENTO

Dívidas (R\$ milhões)	Montante ¹	Vencimento	Custo Nominal
AES Tietê Energia²	4.053,4		
4ª Emissão de Debêntures - 3ª série	347,9	dez/20	IPCA + 8,43% a.a.
5ª Emissão de Debêntures	199,5	dez/23	IPCA + 6,54% a.a.
6ª Emissão de Debêntures - 2ª série	346,0	abr/24	IPCA + 6,78% a.a.
7ª Emissão de Debêntures - 2ª série	765,6	fev/23	CDI + 1,30% a.a.
8ª Emissão de Debêntures	204,6	mai/30	IPCA + 6,02% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 1ª série	1.395,3	mar/27	CDI + 1,00% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 2ª série	621,1	mar/29	IPCA + 4,71% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 3ª série	173,3	mar/29	IPCA + 4,71% a.a.
AES Tietê Eólica	169,1		
1ª Emissão de Debêntures - 1ª série	88,8	dez/25	IPCA + 7,61% a.a.
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	80,3	dez/25	IPCA + 7,87% a.a.

¹ Saldo contábil atualizado.

² Não considera arrendamento financeiro.

A dívida bruta consolidada da AES Tietê Energia encerrou o 2T19 em R\$ 4.261,9 milhões, 3,7% superior à posição de dívida bruta em 30 de junho de 2018 (R\$ 4.107,9 milhões) para fazer frente a parte do Capex dos ativos solares.

O refinanciamento feito em abril desse ano, trouxe dívidas com menores custos, prazos mais alongados e limite de *covenants* mais flexível. Para isso, foram realizados os seguintes eventos:

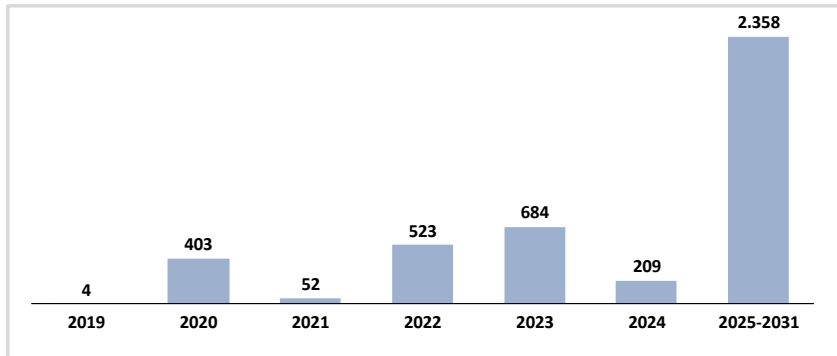
- (i) 9ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 2,2 bilhões;
- (ii) resgate antecipado da 1ª série da 6ª emissão de debêntures e da 1ª série da 7ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 689,1 milhões e R\$ 540,3 milhões, respectivamente; e
- (iii) resgate antecipado do financiamento do BNDES, no valor de R\$ 651,6 milhões, e repasse do Banco do Brasil de R\$ 246,6 milhões, em sua subsidiária AES Tietê Eólica.

Em 30 de junho de 2019, as disponibilidades somavam R\$ 1.396,9 milhões, montante inferior ao valor registrado no mesmo período de 2018 (R\$ 2.048,8 milhões). Tal diferença se deve, principalmente, aos investimentos realizados em projetos solares, em especial para construção e aquisição do Complexo Solar Ouroeste e geração distribuída.

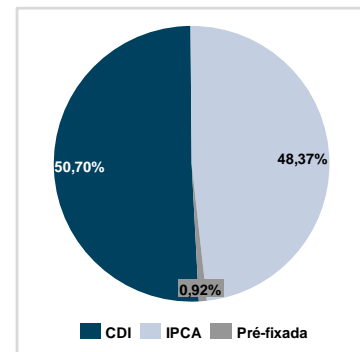
Desta forma, a dívida líquida consolidada no 2T19 era de R\$ 2.865,0 milhões, montante superior em relação à posição registrada no mesmo período do ano anterior (R\$ 2.059,1 milhões).

Os gráficos a seguir apresentam a composição dos indexadores do endividamento da AES Tietê Energia no período, bem como o cronograma de amortização, ambos de forma consolidada.

Cronograma de amortização da dívida⁷ (R\$ milhões)



Dívida Bruta por Indexador⁸



Abaixo, a escala de *rating* da AES Tietê Energia:

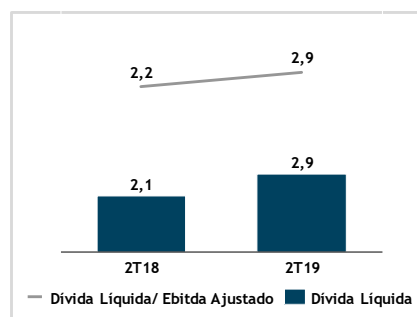
	Ratings	Moody's	Fitch
Escala	Nacional	Aa1	AA+
	Internacional	Ba2	-

o Covenants

O limite mais restritivo estabelecido pelas dívidas da Companhia é de 3,85x e o índice de cobertura de juros não poderá ser inferior a 1,50x. Em linha com a estratégia de diversificação de fontes da Companhia, as novas dívidas emitidas já possuem limite maior, variando entre 4,0x e 4,5x e com restrição do índice de cobertura de juros de 1,25x.

O índice de alavancagem (Dívida Líquida / Ebitda Ajustado⁹) encerrou o segundo trimestre em 2,93x. O índice de cobertura de juros (Ebitda Ajustado / Despesas Financeiras) fechou o 2T19 em 2,82x.

Dívida Líquida (R\$ bilhões) e Alavancagem (vezes)



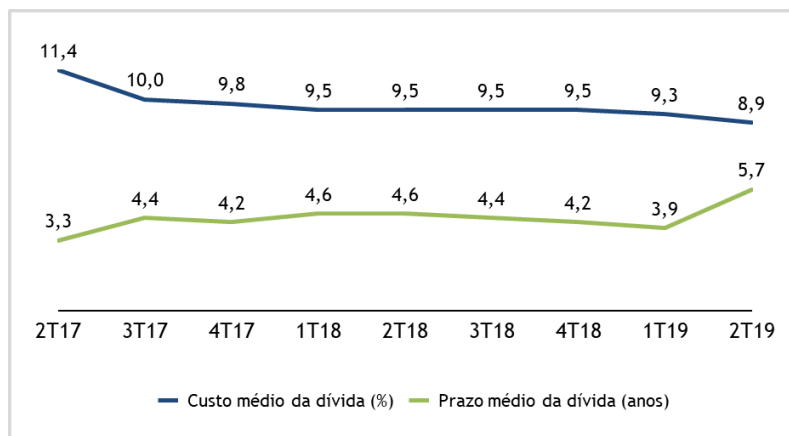
⁷ Fluxo composto por amortização de principal.

⁸ Valores relativos ao principal.

⁹ Ebitda ajustado para incluir os 12 meses dos ativos adquiridos, inclusive o período anterior ao mesmo fazer parte da estrutura da Companhia.

Como parte de sua estratégia de buscar uma estrutura de capital otimizada, a Companhia tem buscado alongar o prazo médio e otimizar os custos de suas dívidas. A 9ª emissão trouxe uma contribuição significativa para esta melhoria, conforme evolução demonstrada no gráfico abaixo.

Custo e prazo médio da dívida¹⁰



Ainda na linha de uma estrutura ótima e diferenciada, a AES Tietê Energia foi a primeira companhia brasileira a emitir debêntures de projeto solar com certificado de *Green Bond* (“debêntures verdes”), por meio da sua 9ª emissão. Os *Green Bonds* são papéis de dívida usados para captar recursos destinados a financiar projetos ligados à sustentabilidade, como infraestrutura de energia limpa e renovável, transporte verde e projetos capazes de reduzir emissões e o consumo de água, energia e matérias-primas. Essa emissão recebeu a certificação da CBI (*Climate Bond Initiative*), sendo que a excelência na governança dos projetos e comprometimento com indicadores GBP (*Green Bond Principles*) foram fundamentais para essa conquista.

○ CAPEX

O investimento da AES Tietê Energia somou R\$ 98,5 milhões no 2T19, 28,8% menor que o montante investido no 2T18 (R\$ 138,4 milhões) devido à finalização da obra da Fase 1 do Complexo Solar Ouroeste. Já no 1S19, os investimentos totalizaram R\$ 231,6 milhões, valor 36,6% superior ao do 1S18 (R\$ 169,6 milhões), tendo como destaque:

- (i) R\$ 191,6 milhões destinados à construção do Complexo Solar Ouroeste (vs. R\$ 133,2 milhões no 1S18), alinhado com a estratégia de crescimento da Companhia;
- (ii) R\$ 23,8 milhões destinados à manutenção e modernização das usinas hidrelétricas; e
- (iii) R\$ 13,1 milhões destinados à construção de projetos de geração distribuída.

¹⁰ Valores referem-se ao principal da dívida.

o Plano de Investimento - CAPEX

A Companhia prevê investir aproximadamente R\$ 662,1 milhões¹¹ no período de 2019 até 2023, destinados à modernização e manutenção de seus ativos em operação e à expansão, principalmente para finalização da construção de seus parques solares, conforme apresentado na tabela a seguir:

Investimentos - R\$ milhões ¹	2019E	2020E	2021E	2022E	2023E	Total 2019E-2023E
Modernização e Manutenção	70,5	74,2	74,4	79,7	66,2	365,1
Expansão ²	273,2	1,4	0,0	0,0	0,0	274,7
Juros de Capitalização ³	4,4	2,6	5,9	5,0	4,5	22,4
Total	348,2	78,2	80,4	84,6	70,7	662,1

¹ Valores nominais

² Considera construção do Complexo Solar Ouroeste e investimentos em geração distribuída

³ Não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

o FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

A geração de caixa operacional no comparativo dos trimestres e dos semestres foi praticamente estável (R\$ 280,0 milhões no 2T19 vs. R\$ 285,8 milhões no 2T18 e R\$ 606,6 milhões no 1S19 vs. R\$ 625,1 milhões no 1S18). As variações na comparação dos períodos podem ser explicadas principalmente pela execução da estratégia de gestão comercial do portfólio de energia adotada no ano, buscando oportunidades comerciais para geração de valor e redução da volatilidade na geração de caixa. Esta estratégia tem três principais frentes de execução que estão detalhadas na seção de Desempenho Comercial e Operacional deste documento.

Com o objetivo de aumentar a sua capacidade de geração por meio da aquisição e desenvolvimento de projetos solares e eólicos, quando comparado o 2T19 contra o 2T18, é possível perceber uma redução dos investimentos em projetos e amortização líquida, pois o fluxo financeiro mais expressivo em projetos solares foi iniciado em 2018 e o cronograma de entrega das obras destes está previsto para o segundo semestre de 2019.

Como suporte à estratégia mencionada, a AES Tietê, buscando melhores condições para as suas obrigações financeiras, realizou a 9ª emissão de debêntures que teve seu recurso destinado para o pré-pagamento de cerca de 50% de sua carteira atual, aumentando as despesas financeiras líquidas do segundo trimestre de 2019. Este movimento reforça o foco da Companhia na otimização do seu perfil de endividamento.

¹¹ Considera apenas o CAPEX previsto para conclusão das obras dos projetos existentes.

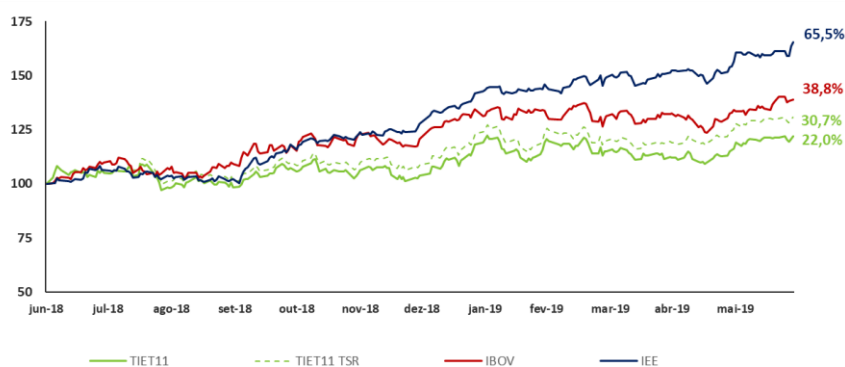
Fluxo de Caixa - R\$ milhões	2T18	2T19	Var	1S18	1S19	Var
Saldo inicial de Caixa	1.670,8	1.077,5	(593,3)	1.111,8	951,9	(160,0)
<i>Geração Operacional de Caixa</i>	285,8	280,0	(5,8)	625,1	606,6	(18,5)
<i>Investimentos</i>	(19,9)	(14,5)	5,4	(41,9)	(38,6)	3,4
<i>Investimentos Controladas</i>	(151,5)	(60,1)	91,4	(169,7)	(163,2)	6,5
<i>Despesas Financeiras Líquidas</i>	(40,8)	(123,0)	(82,1)	(91,6)	(143,1)	(51,6)
<i>Amortização Líquida</i>	210,4	156,1	(54,3)	558,4	156,1	(402,3)
<i>IR/CSLL</i>	(20,0)	(16,0)	4,0	(46,7)	(69,5)	(22,8)
Movimentação de Caixa	263,9	222,6	(41,3)	833,6	348,2	(485,3)
<i>Dividendos e JSCP</i>	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(10,7)	-	10,7
Saldo final de Caixa Controladora	1.934,8	1.300,1	(634,7)	1.934,8	1.300,1	(634,7)
Caixa Controladas	114,1	96,8	(17,3)	114,1	96,8	(17,3)
Saldo final de Caixa Consolidado¹	2.048,8	1.396,9	(652,0)	2.048,8	1.396,9	(652,0)

¹ Não considera caixa restrito e/ou bloqueado.

○ MERCADO DE CAPITALIS

Em 28 de junho de 2019, último dia de negociação do mês, as *units* da Companhia apresentaram valorização de 22,0%, quando comparadas a 29 de junho de 2018, encerrando o trimestre cotadas a R\$ 11,77. Em relação aos indicadores de mercado, no mesmo período, o IEE valorizou 65,5% e o Ibovespa 38,8%, encerrando o 2T19 em 63.831 pontos e 100.967 pontos, respectivamente. Ao longo do 2T19, o volume médio diário negociado foi de 1.199 mil *units* frente a 970 mil *units* no 2T18, representando um aumento de 23,6% em relação ao 2T18. O gráfico abaixo demonstra o desempenho das *units*:

AES Tietê Energia x Ibovespa x IEE x TSR¹
Base 100 – 30/06/2018



Fonte: Bloomberg.

¹ Total Shareholder Return – Retorno total ao acionista (considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período).

○ ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 30 de junho de 2019, o capital social subscrito e integralizado da AES Tietê Energia era de R\$ 416,6 milhões, representado por ações ordinárias e preferenciais, conforme detalhado a seguir:

Estrutura Acionária	ON	% ON	PN	% PN	Total	% Total
AES Holdings Brasil	477.289.199	61,6%	471.926	0,0%	477.761.125	24,3%
BNDESPAR	111.477.600	14,4%	445.910.403	37,4%	557.388.003	28,3%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.228.340	4,0%	124.913.360	10,5%	156.141.700	7,9%
Ações em Tesouraria	3	0,0%	12	0,0%	15	0,0%
Outros	155.179.442	20,0%	620.914.627	52,1%	776.094.069	39,5%
Total	775.174.584	100,0%	1.192.210.328	100,0%	1.967.384.912	100,0%

DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

○ NOVAS ENERGIAS

A expansão das fontes renováveis na matriz de geração elétrica brasileira e avanços regulatórios fomentam a demanda por novas soluções operacionais, tecnológicas e digitais ligadas a este novo cenário. Neste contexto, a AES Tietê Energia busca continuamente soluções inovadoras e sustentáveis, que contribuam para a resolução dos desafios de nossos clientes, gerem valor para toda a sociedade e universalizem a experiência com o uso da energia. Isso significa que pensamos em novos modelos de negócio e alternativas tecnológicas que colaborem para o aumento da eficiência e confiabilidade da energia dos nossos clientes e principalmente para a redução de impactos ambientais.

○ Geração Distribuída

Com a atual regulação de geração distribuída (mais detalhes no capítulo “Contexto Regulatório” deste relatório), a construção de projetos de até 5 MW em um mesmo local se tornou possível e veio aliada à novas alternativas de negócio como: (i) autoconsumo remoto: geração de energia remota para um único CNPJ; e (ii) geração compartilhada: união de diferentes CNPJs e CPFs, cujo consumo de cada cliente não justifica um empreendimento exclusivo, em contratos de consórcio ou cooperativa para se beneficiar da geração de energia remota.

Desde 2015, a Companhia vem desenvolvendo projetos de geração solar distribuída, em diferentes formatos. No 3T17, celebramos junto ao Colégio Mackenzie, contrato para desenvolvimento de um projeto de estacionamento solar (“*Carport*”), com a potência de 537,6 kWp e que iniciará sua operação no 3T19.

Dando continuidade à estratégia de expansão em novas tecnologias, em janeiro de 2018, a Companhia fechou contrato de geração solar distribuída com a Drogaria Araújo, maior rede de farmácias de Minas Gerais, na modalidade autoconsumo remoto, com 4,2 MW de potência instalada. Em 2019, houve a ampliação do

escopo do projeto, que agora conta com 5 MW de capacidade instalada, suficiente para atender mais de 170 lojas do grupo por um período de 10 anos. Atualmente a planta solar está em construção na cidade de Janaúba, no norte de Minas Gerais e tem previsão de início de operação ainda no segundo semestre de 2019. Além disso, ainda em 2018, a Companhia fechou mais um contrato, adicionando 5,6 MW ao portfólio.

No 2T19 a Companhia assinou mais dois novos contratos na modalidade de geração distribuída. O primeiro, com a rede de *fast food* McDonald's, será uma das maiores plantas solares remotas de um único cliente no país. O projeto conta com 5,3 MW instalados, divididos em três plantas, que abastecerão 39 lojas da rede. O segundo, com a Rede de Farmácias São João, possui capacidade instalada de 3 MW, abastecerá cerca de 200 lojas da rede gaúcha e tem potencial para ser expandido em até 9 MW. Juntos, os projetos mostram a capacidade da AES Tietê no desenvolvimento de novas frentes de negócio que visam atender às necessidades de seus clientes.

Na modalidade de geração compartilhada, temos em construção duas plantas fotovoltaicas de 1 MW de capacidade instalada cada. A previsão de início de operação destas plantas é no 1T20.

Hoje, a Companhia possui 15,5 MW de projetos de GD de assinados, com três grandes clientes nacionais. Após a assinatura do contrato, o tempo médio de implantação dos projetos é de 12 meses. Esses ativos serão desenvolvidos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com prazo médio entre 10 e 12 anos.

o Armazenamento de Energia

O armazenamento de energia, outra importante linha de negócio oferecida pela Companhia, é uma das tecnologias mais inovadoras e versáteis disponíveis no mercado. O armazenamento de energia possui diversas aplicações que tornam o sistema elétrico mais robusto e confiável, proporcionando um fornecimento de energia elétrica de qualidade. Fruto do seu pioneirismo que celebra 12 anos de mercado em 2019, a AES é líder global em sistemas de armazenamento de energia em baterias, com mais de 600 MW de projetos com aplicações variadas, e possui diversas plataformas tecnológicas como: Advancion, Sistorage e Sunflex.

No início de 2018, foi criada a Fluence, produto da fusão da divisão de *energy storage* da AES com a Siemens, que passou a ser a grande líder nesse segmento no mundo. No Brasil, a AES Tietê Energia é pioneira em oferecer esta solução para o mercado. A Companhia vem realizando diversos estudos e apresentações em seminários relacionados ao tema pelo Brasil, com o objetivo de manter constante diálogo com entidades do setor elétrico para apresentar a tecnologia, suas aplicações e benefícios, bem como contribuir para o aprimoramento do modelo regulatório, visando fomentar o crescimento de soluções de armazenamento. Adicionalmente, passamos a oferecer soluções integradas de *energy storage* aos nossos clientes finais.

A usina hidráulica de Bariri foi a primeira usina nacional a ser integrada a um sistema de baterias para armazenar sua geração. O projeto tem capacidade de aproximadamente 200 kW e utiliza baterias de íons de lítio. O projeto entrou em operação em 2018, e já está sendo utilizado para demonstrar a clientes e órgãos reguladores como os equipamentos funcionam na prática. Com isso, o Brasil passou a fazer parte do mapa mundial do armazenamento de energia. Mais uma vez a AES Tietê Energia se mostra pioneira no desenvolvimento de novas tecnologias para fomentar a evolução do setor elétrico no país.

CONTEXTO REGULATÓRIO

o Limites máximo e mínimo do PLD

Em 18 de dezembro de 2018 foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.498/2018, que estabeleceu os limites máximos e mínimos do PLD para o ano de 2019. O PLD mínimo e máximo foi definido em R\$ 42,35/MWh e R\$ 513,89/MWh, respectivamente (PLD mínimo de R\$ 40,16/MWh e máximo de R\$ 505,18/MWh para o ano de 2018).

o Mudanças no cálculo do PLD

Em 2017, a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (“CPAMP”) divulgou um cronograma com as atividades em desenvolvimento para o aprimoramento do cálculo dos preços que, se aprovados em até 31 de julho de cada ano, deverão ser implementados a partir de janeiro do ano subsequente.

A comissão deliberou, em 6 de junho de 2018, pela postergação da implementação do PLD em etapa horária para janeiro de 2020. O ONS e a CCEE entenderam que, para a utilização do DESSEM na programação diária da operação e cálculo do PLD horário, há a necessidade de aprimoramentos no modelo, de forma a melhor representar alguns aspectos da realidade operativa do SIN.

A discussão sobre aprimoramento do cálculo dos preços *spot* tem como objetivo prover sinal econômico com maior granularidade (base horário) para o sistema elétrico brasileiro, buscando a otimização dos recursos energéticos e induzindo a inserção de novas tecnologias ao sistema.

o Impactos da retração de geração hidráulica no MRE / GSF

Conforme anteriormente referenciado, o despacho hidrelétrico é definido pelo ONS, cujo modelo tem como objetivos principais o atendimento da carga e a minimização do custo total de operação do sistema.

Os geradores hidrelétricos devem manter suas usinas disponíveis para serem despachadas pelo ONS e não têm poder de decisão sobre o nível de energia gerada. Dessa forma, o risco resultante desse modelo de operação centralizada é compartilhado apenas entre os geradores hidrelétricos por meio do MRE.

No entanto, considerando a mudança da matriz energética, com maior participação das fontes renováveis (eólica, biomassa e solar) e de fatores que estão fora do controle dos geradores, tais como o despacho fora da ordem de mérito, a crítica hidrologia dos últimos anos, a retração do consumo e a importação de energia de países vizinhos, os geradores hidrelétricos ficam expostos, de forma involuntária, a um risco muito superior ao previamente considerado em suas estratégias de contratação.

Assim, desde o final de 2012, a geração das usinas hidráulicas participantes do MRE tem sido menor do que as suas respectivas garantias físicas, resultando em um GSF menor do que 1, que indica o nível de rebaixamento das garantias físicas das usinas hidrelétricas para efeito da contabilização na CCEE, gerando exposição dos geradores hidrelétricos ao mercado.

As liminares obtidas por agentes do setor elétrico limitaram ou neutralizaram o impacto do deslocamento hidrelétrico para algumas usinas pertencentes ao MRE. Em julho de 2015, foi deferida liminar pleiteada pela Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (“APINE”) para determinar à ANEEL abster-se

de proceder ao ajuste do MRE em relação às associadas da APINE representadas na ação, caso houvesse geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto. Em 07 de fevereiro de 2018, a Companhia foi intimada de decisão de primeira instância que julgou improcedente a ação e, conseqüentemente, revogou os efeitos da liminar que protegia as empresas associadas da APINE dos efeitos do GSF no MRE. Em 14 de fevereiro de 2018, foram opostos embargos de declaração, os quais foram acolhidos para preservar os efeitos da liminar durante o período em que a mesma esteve válida, ou seja, de 01/07/2015 a 07/02/2018, até o julgamento definitivo, em 2ª instância. A ANEEL apelou da decisão de 1ª instância, buscando, por meio de pedido liminar, cancelar a decisão que manteve os efeitos da liminar em favor da APINE (no período de julho de 2015 a fevereiro de 2018). Em 30 de abril de 2018, o Tribunal negou o pedido da ANEEL.

A APINE, por sua vez, também apelou da decisão de 1ª instância, pleiteando, dentre outros pedidos, que os efeitos da liminar não se restringissem a 07 de fevereiro de 2018, mas sim até o julgamento final em 2ª instância. Em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial. A ANEEL recorreu da decisão do Tribunal que estendeu os efeitos da liminar e, em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão que deferiu parcialmente o pleito da ANEEL. Com essa decisão, foi mantida a liminar para o período compreendido entre julho de 2015 a fevereiro de 2018 e revogada a parcela da decisão que estendeu os efeitos da estabilização da liminar para o período posterior à própria decisão (maio de 2018) e até trânsito em julgado da sentença.

Na prática, esta decisão permite que os valores de GSF em aberto correspondente ao período posterior a fevereiro de 2018 possam ser liquidados pela CCEE, que é o cenário que a Companhia se encontra hoje. Com relação ao mérito da discussão, atualmente, aguarda-se o julgamento das apelações interpostas pela ANEEL e APINE. Desde 1º de julho de 2015 até 30 de junho de 2019 a Companhia acumula um saldo de R\$ 1.081,6¹² milhões referente à liminar. Mais detalhes sobre a discussão do caso podem ser encontrados no tópico abaixo.

o **Consulta Pública nº 33 do MME: Aprimoramento do setor elétrico**

O MME abriu Consulta Pública, por meio da Portaria MME nº 254/2017, de 05 de julho de 2017. De forma a construir uma visão de futuro, contemplando elementos básicos que levem a um modelo adaptado às pressões externas às quais o Setor Elétrico Brasileiro é exposto e garantir sua sustentabilidade no longo prazo, o MME elaborou propostas específicas capazes de instrumentalizar os conceitos em medidas efetivas de modernização e racionalização econômica do setor elétrico que permitam um primeiro aprimoramento de seu marco regulatório e comercial, considerando, (i) decisões que orientam a reforma e elementos de coesão; (ii) aumento da flexibilidade de aspectos do modelo do setor elétrico; (iii) alocação adequada de custos entre os agentes; e (iv) medidas de sustentabilidade.

O resultado desta CP foi incorporado ao Projeto de Lei (“PL”) nº 1.917/2015, que trata da portabilidade da conta de luz. No entanto, tal projeto foi arquivado pela Câmara dos Deputados e a comissão especial criada para elaborar seu parecer foi extinta. Para o projeto voltar a tramitar, é necessário o seu desarquivamento por um deputado com mandato e uma nova comissão especial deverá ser designada pelo presidente da Casa. Ou então, o PL deverá tramitar por todas as comissões permanentes, uma de cada vez, antes de ir ao Plenário.

Quanto a proposta de ampliação do Mercado Livre, reduzindo gradualmente a carga mínima de acesso de consumidores, a mesma foi regulamentada pela Portaria MME nº 514/2018, de 27 de dezembro de 2018.

¹² Saldo composto por valores efetivamente divulgados nas liquidações fornecidas pela CCEE e atualizado por IGP-M.

Desde de 1º de julho de 2019, consumidores com carga igual ou superior a 2.500 kW, atendidos em qualquer tensão, podem optar por comprar energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN. A partir de 1º de janeiro de 2020, os consumidores com carga igual ou superior a 2.000 kW, atendidos em qualquer tensão, poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.

Uma das propostas de maior destaque da CP 33 foi a solução ao GSF. O PL nº 10.332, que versa sobre a repactuação do GSF, havia sido aprovado na Câmara dos Deputados considerando o ressarcimento dos riscos não hidrológicos aos geradores que participam do MRE por meio de extensão das concessões destes geradores para os efeitos (ii) e (iii) e por meio dos ESS para o efeito (i) conforme explicado abaixo:

São três os principais riscos que estão previstos para serem ressarcidos aos geradores: (i) despacho fora da ordem de mérito (“GFOM”); (ii) atraso/restrrição de transmissão do escoamento da energia dos projetos estruturantes (Santo Antonio, Jirau e Belo Monte); e (iii) motorização acelerada da entrada em operação comercial das máquinas destes projetos estruturantes, que aumentou a garantia física dos mesmos sem a correspondente geração de energia. Os efeitos no GSF da GFOM serão ressarcidos de forma retroativa a 2013 e os demais riscos serão retroagidos ao início dos respectivos efeitos (2012 ou posterior).

Após aprovação na Câmara dos Deputados, o texto da Lei do referido PL foi encaminhado para aprovação do Senado Federal (PL nº 10.332 convertido em Projeto de Lei Complementar (“PLC”) nº 77), porém em outubro de 2018 o texto não foi aprovado pelo Senado Federal e por consequência o PLC foi rejeitado. Assim, a questão do risco hidrológico passou a ser discutida no âmbito do PL nº 10.985, aprovado pelo Senado e submetido, em novembro de 2018, à apreciação da Câmara dos Deputados, sendo aprovado em junho de 2019. Como houve uma pequena alteração no referido PL, que trata do tema da alocação de recursos advindos da comercialização de petróleo e gás para a União, ele voltou novamente ao Senado para a votação apenas da referida alteração. Após sanção presidencial, a ANEEL terá 90 dias para regulamentar sobre os pontos discutidos. Finalizada análise do órgão, as Companhias terão 60 dias para adesão ou não do acordo proposto.

o **Consulta Pública nº 71 do MME: Implantação de preço horário no mercado de curto prazo**

O MME abriu a Consulta Pública 71/2019 para discussão de preço horário no mercado de curto prazo. O preço horário de energia, sendo base das negociações e comercialização, poderá criar diversas oportunidades de novos negócios, produtos e serviços. Tais impactos e oportunidades se darão nos diversos segmentos do setor elétrico, como geração, comercialização, consumo e serviços.

Com o sinal horário de preços, os geradores, por exemplo, podem ser incentivados a implementar diferentes tecnologias de geração para atendimento a uma determinada necessidade do sistema, como, por exemplo, o atendimento à ponta por meio de Geração Distribuída.

No que diz respeito ao planejamento e definição da expansão da oferta, o preço horário poderá ser considerado na valoração dos atributos de usinas participantes de leilões de energia no momento da definição da oferta. Neste sentido, fontes que tem maior capacidade de atender o sistema em momentos de restrição elétrica, atendimento à ponta ou em momentos de crise hídrica, quando o PLD estaria mais elevado, seriam mais adequadamente valoradas na contratação de energia nos leilões. Adicionalmente, podem ser criados produtos diferenciados nos leilões, contemplando, por exemplo, produtos específicos para atendimento a algumas horas, podendo estimular, por exemplo, leilões de atendimento à ponta ou de usinas de partida rápida.

Diante do exposto, a AES Tietê Energia entende que a implementação do preço horário trará grandes oportunidades para todos os agentes do setor, além de alavancar a introdução de novas tecnologias. No entanto, em se tratando de alteração na base da precificação, da otimização da operação e da comercialização de energia, é de extrema relevância que qualquer implantação resultante desta Consulta Pública, e que exija regulamentação específica, seja amplamente discutida a fim de verificar seus impactos imediatos e futuros ao setor elétrico brasileiro.

Em 27 de julho de 2017, a CPAMP decidiu pela implementação do preço horário a partir de janeiro/2019, por meio do uso do modelo DESSEM. Posteriormente, em 29 de março de 2018, a CPAMP determinou que a CCEE e o ONS compartilhassem a coordenação das atividades relacionadas à implementação do preço horário.

Em 16 de abril de 2018, o ONS e a CCEE passaram a publicar o cálculo do PLD em intervalos horários num processo denominado "operação sombra". Esse processo teve como objetivo avaliar o desempenho do modelo, tanto no que se refere ao tempo de processamento computacional quanto à adequação dos resultados. Sua divulgação permite que todas as instituições envolvidas na programação diária da operação e no cálculo do PLD, incluindo os agentes de geração e de comercialização, adaptem seus processos para as mudanças decorrentes da formação do preço horário.

Em junho de 2018, a CPAMP oficializou a postergação da implementação do PLD em etapa horária para janeiro de 2020, a fim de promover o aprimoramento do modelo de cálculo.

Em 2 de agosto de 2019 foi publicada a portaria MME 301/2019 que determina que o ONS passará a adotar o modelo horário DESSEM para fins de despacho na programação da operação a partir de janeiro de 2020. A partir de janeiro de 2021, a CCEE passará a adotar o DESSEM para fins de cálculo do PLD, contabilização e liquidação de suas transações.

o **Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012: Micro e Mini Geração Distribuída**

Desde 2012, quando entrou passou a valer a Resolução Normativa da ANEEL nº 482/2012, o consumidor brasileiro tem a possibilidade de gerar sua própria energia e fornecer o excedente para a rede de distribuição da sua localidade, que são a micro e mini geração distribuída.

Com objetivo de trazer mais transparência e segurança regulatória para este mercado, em 2015, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 687/2015 na qual atualizou termos da Resolução nº 482/2012. Em 23 de janeiro de 2019, foi aberta audiência pública nº 01/2019, com objetivo de aprimorar regras aplicáveis à micro e mini geração distribuída, revisão com previsão de vigência a partir de janeiro de 2020, porém ainda sem metodologia definida.

DESEMPENHO DO SETOR HÍDRICO

Principais dados setoriais	2T18	2T19
ENA (% MLT)	77,9	96,8
Reservatório inicial (%)	44,3	43,7
Reservatório final (%)	41,8	53,1
Despacho térmico médio (GWm)	9,4	6,5
Carga média (GWm)	65,0	66,5
Rebaixamento Energia Secundária no MRE (%)	-16,0	-10,7
PLD SE/CO (R\$/MWh)	302,93	131,41

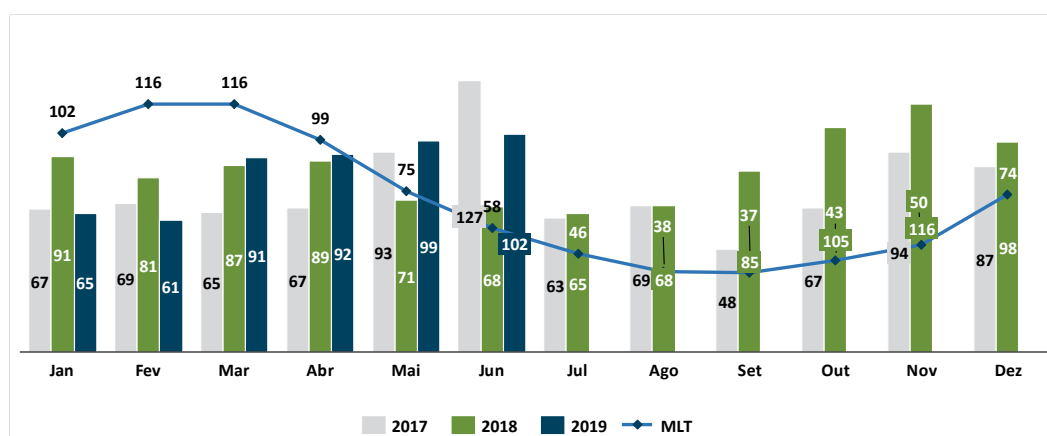
Fonte: ONS / CCEE

O cenário do segundo trimestre de 2019 persistiu atípico e foi marcado por uma maior afluência, o que contribuiu para a recuperação dos reservatórios do SIN e uma consequente queda no despacho térmico, quando comparado ao mesmo período do ano anterior (6,5 GWm no 2T19 vs. 9,4 GWm no 2T18).

O menor despacho térmico verificado colaborou para o aumento da geração hidroelétrica no MRE, resultando em um rebaixamento de garantia física menor entre os períodos (-10,7% no 2T19 vs. -16,0% no 2T18).

ENERGIA NATURAL AFLUENTE NO SIN

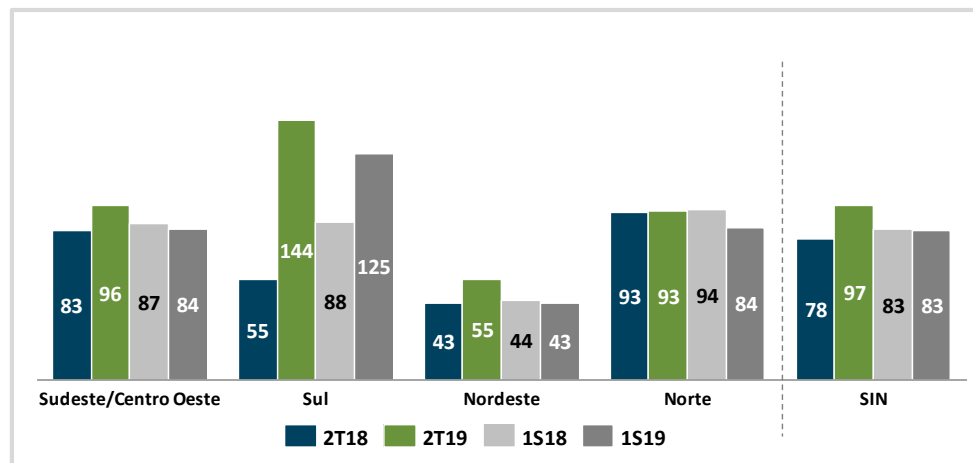
Energia Natural Afluente no SIN - % MLT
2017 vs. 2018 vs. 2019 MLT¹³



Fonte: ONS

¹³ Atualmente o setor utiliza os valores da MLT divulgados em dezembro de 2018, referentes à média de longo prazo desde 1931, e passíveis de alterações.

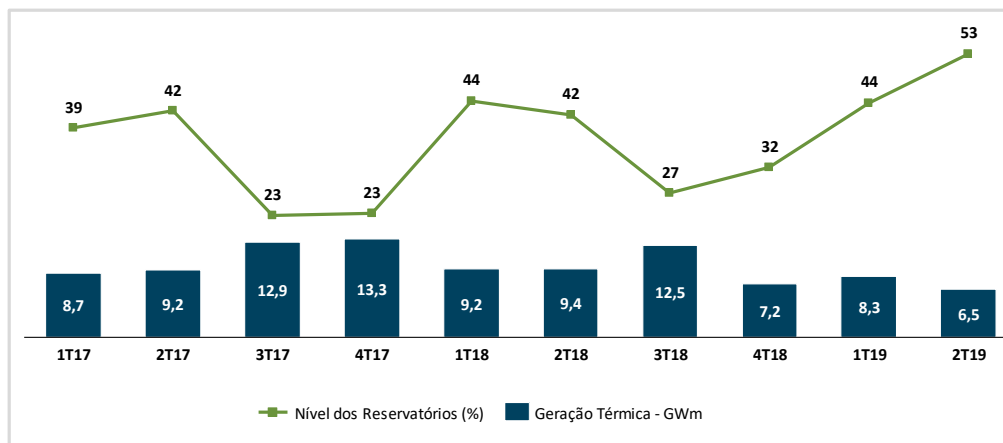
Energia Natural Afluente nos Submercados - % MLT



Fonte: ONS

GERAÇÃO TÉRMICA

Média da Geração Térmica do SIN Nível dos Reservatórios - %



Fonte: ONS

O gráfico a seguir mostra um comparativo entre o despacho térmico dentro e fora da ordem de mérito registrado para o SIN desde janeiro de 2015 até junho de 2019. Como é possível observar, entre maio de 2015 e agosto de 2017 verificou-se um aumento relevante do despacho fora da ordem de mérito, o que interfere na correta formação de preços e conduz a valores mais baixos de PLD no período, em particular no submercado SE/CO. O custo adicional deste despacho é arcado, principalmente, pelos consumidores por meio do ESS, mas tem impacto direto na redução da alocação de garantia física no MRE pelo fator GSF, apesar de não ser um risco de natureza hidrológica.

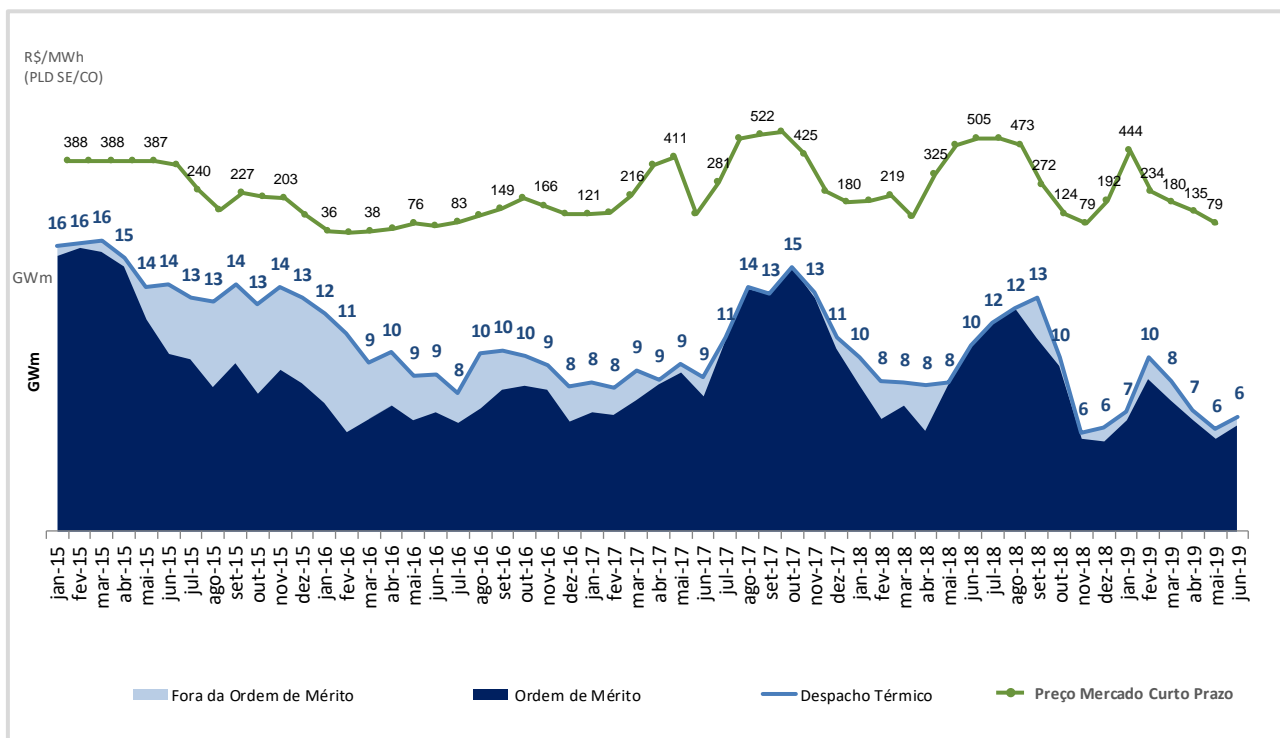
O motivo do elevado despacho fora da ordem de mérito neste período estava associado a uma prática mais conservadora por parte do ONS, objetivando assegurar a recuperação dos níveis dos reservatórios para o período seco, que é registrado durante os meses de maio até novembro.

Destaca-se que o recente posicionamento adotado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico ("CMSE") de reduzir a geração térmica fora da ordem de mérito por razões de segurança energética tende a

aproximar a formação de preços de energia e a operação do sistema, o que é desejável e saudável para a correta sinalização ao mercado das condições do sistema.

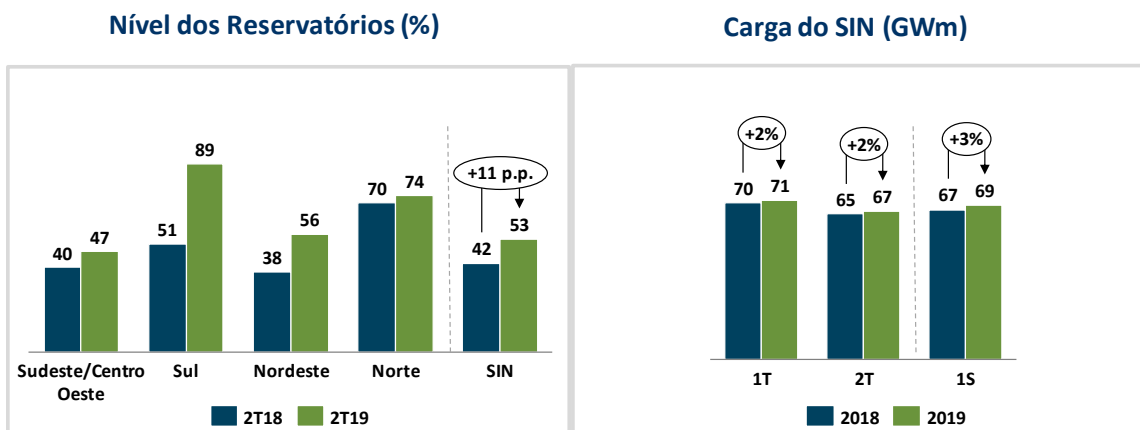
Com as alterações na metodologia de cálculo do PLD, com objetivo de aproximar a formação de preço da aversão ao risco na operação real do sistema e reduzir o despacho térmico fora da ordem de mérito, observou-se, a partir do segundo semestre de 2017, uma redução considerável no despacho fora da ordem de mérito.

Despacho térmico fora da ordem de mérito (GWm) x PLD SE/CO (R\$/MWh)



Fonte: ONS

NÍVEL DOS RESERVATÓRIOS E CARGA DO SIN



Fonte: ONS

DIFERENÇA DE PREÇO ENTRE SUBMERCADOS, EXCEDENTE E EXPOSIÇÃO FINANCEIRA

As diferenças de PLD entre os submercados derivam dos limites de intercâmbios energéticos entre as regiões do SIN, dadas as restrições operativas dos sistemas de transmissão dessas regiões. Elas dão origem ao excedente financeiro e às exposições financeiras verificadas pela CCEE.

o Excedente financeiro, exposição financeira e alívio da exposição financeira

As transações de energia dentro do MRE estão sujeitas às diferenças de preço entre os submercados. Nas transferências entre os geradores pode haver um déficit no mecanismo relacionado à transferência de energia de geradores em um submercado mais barato para outro mais caro. Esse efeito é denominado, na contabilização da CCEE, exposição financeira, que pode ser negativa ou positiva.

A eventual exposição financeira negativa residual no MRE é aliviada pelo excedente financeiro gerado no intercâmbio físico entre os submercados. Caso tal excedente não seja suficiente para cobrir a exposição financeira negativa no MRE, o saldo residual é dividido entre todos os geradores do mecanismo. Vale ressaltar que a energia secundária não tem direito ao referido alívio.

DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

○ SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

Um dos principais compromissos socioambientais da AES Tietê Energia está relacionado com a segurança de colaboradores próprios, contratados e população no entorno das usinas.

A Companhia registrou um acidente com afastamento (*Lost Time Incident - LTI*) e três acidentes sem afastamento (*recordable*) com colaboradores contratados no 1S19. Como parte do seu Programa de Segurança, a AES Tietê Energia mantém os processos de segurança certificados na OHSAS 18001:2007 e intensificou o Programa de Relatos de Eventos, incentivando a percepção dos riscos das atividades.

É importante destacar que, desde 2009, não foram registrados acidentes com a população que vive no entorno das operações.

Metas	Indicadores	2T18	2T19	1S18	1S19
Registrar taxa zero de LTI ¹ para acidentes com afastamento, em 2019	<i>LTI Rate</i> ¹ - próprios	0	0	0	0
	<i>LTI Rate</i> ¹ - contratados	0	0	0	0,19
Registrar taxa de acidentes <i>Recordable</i> abaixo de 0,64, em 2019	<i>Recordable Rate</i> ¹ - próprios	0	0	0	0
	<i>Recordable Rate</i> ¹ - contratados	0	0,34	0	0,76
Zero acidentes fatais com colaboradores, contratados e população, em 2019	Nº acidentes fatais	0	0	0	0

¹ As taxas de acidentes LTI e *Recordable* são calculadas a partir de critérios da *Occupational Safety and Health Administration (OHSA)*, agência norte-americana de segurança e saúde ocupacional.

Quanto ao desempenho ambiental, a Companhia mantém seus processos certificados na ISO 14001:2015 e todas as licenças de operação válidas.

Em relação ao primeiro semestre de 2019, foram evitadas as emissões de 45tCO₂ de gases de efeito estufa, devido, principalmente à redução do consumo próprio de energia das usinas quando comprado com o mesmo período do ano anterior. A meta foi revista em maio de 2019, em linha com o planejamento estratégico proposto para os próximos anos.

Metas	Indicadores	2T18	2T19	1S18	1S19
Reduzir em 500 MWh o consumo próprio de energia elétrica proveniente dos alimentadores do SIN, em 2019	MWh de consumo próprio de energia elétrica ¹	1.747	1.089	3.008	2.142

¹ O acompanhamento das emissões de gases de efeito estufa pelo consumo próprio de energia das usinas restringe-se ao consumo dos alimentadores que estão ligados às subestações. Em consonância com a metodologia utilizada pelo Governo Federal para o cálculo do fator de emissão da matriz elétrica nacional, considera-se a energia proveniente do SIN. Até a divulgação deste relatório, o fator de emissão da matriz elétrica brasileira referente ao mês de junho 2019 não foi publicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, portanto, utilizou-se a média dos fatores dos meses de abril e maio de 2019 para o cálculo de emissão de gases de efeito estufa.

o COLABORADORES

A AES Tietê Energia é reconhecida como uma das 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar segundo o Guia Você S/A, uma publicação consolidada como referência em clima organizacional no Brasil. Nosso foco é garantir que os colaboradores sejam ouvidos, se sintam motivados e valorizados no ambiente de trabalho, assumindo o protagonismo para realizar suas atividades com excelência e satisfação, o que resulta em ganhos de eficiência, produtividade e qualidade. No 2T19, a Companhia possuía 444 colaboradores vs. 449 no 2T18.

o COMUNIDADE

No relacionamento com as comunidades das regiões em que atua, a Companhia tem o objetivo de promover o desenvolvimento social e fortalecimento das capacidades locais e, para tanto, realiza investimentos próprios e com a utilização das leis de incentivo à cultura e ao esporte.

No 2T19 foram realizadas ações de acompanhamento dos projetos educacionais, culturais e de geração de renda nas comunidades em que a AES Tietê Energia atua, sendo 3 com recursos próprios e 11 recursos aportados no final de 2018, atuando em 23 municípios:

- **Geração+** - projeto de educação ambiental que mobiliza estudantes e professores de escolas públicas para a criação de uma rede orientada pelos valores e ideais da sustentabilidade. O projeto foi implantado no mês de abril, em 13 escolas, com 211 professores e 3.126 estudantes. Sete municípios participam do projeto que será executado até o final de dezembro: Adolfo, Brejo Alegre, Guaimbê, José Bonifácio, Promissão, Sabino e Ubarana, todas no interior de São Paulo.
- **Projeto Pulsar** – a AES Tietê Energia, em parceria com a Impact Hub e a Escola Técnica Estadual de Igarapã, realizou o projeto que visa estimular a cultura empreendedora com a participação direta de 27 estudantes e indireta de 320. Ao final do projeto, ocorreu o *DemoDay*, onde seis ideias de negócios relacionados à agenda de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao tema de energia foram apresentados.
- **Todo lugar tem uma história para contar** - projeto de registro da memória, a partir das histórias de vida de moradores, feito pelas escolas de ensino fundamental, com seus professores e alunos. A implantação iniciou em março e o projeto será executado até novembro, nos municípios de Ibitinga/SP e Iacanga/SP e conta com 39 educadores e 915 estudantes em sete escolas.
- **Projeto Guri** – projeto de formação gratuita de estudantes em educação musical. O apoio da AES Tietê Energia visa à formação e manutenção da equipe de professores do Polo Bauru, que atende 290 gurus.
- **Cine na Praça** – exibição de filmes ao ar livre em praças públicas e realização de oficinas de revitalização das praças com envolvimento de jovens e crianças. Realizado em Mococa, onde a Praça da Bíblia foi revitalizada com a participação de 60 voluntários, dentre funcionários AES Tietê e moradores locais. Também foram oferecidas oficinas de fotografia e audiovisual para cerca de 300 estudantes de escolas públicas. As quatro noites de exibições de filmes e curta metragens receberam, aproximadamente, 1.200 espectadores.
- **Nau dos Mestres** – programa de ensino de ciências baseado em experimentos sobre química, física e biologia, que despertam a curiosidade, o instinto investigativo e estimulam a criança a aprender de forma lúdica e ativa. Foi implantado em 2 escolas de Ouroeste/SP e em 10 de Iturama/MG, com a participação de 45 professores e cerca de 4.500 estudantes. O projeto será executado até novembro de 2019.

- **Cantos de Leitura** – implantação de um espaço de leitura em uma escola pública de Promissão, após pequena reforma e adaptações, para oferecer 1.200 livros e material técnico sobre reciclagem, sustentabilidade e meio ambiente para a comunidade escolar. Voluntários da AES Tietê Energia e de empresas parceiras, que atuam na UHE de Promissão, participaram do evento de inauguração da sala.
- **Semana Eucladiana** – acompanhamento da elaboração da programação cultural educacional de 7 dias para discussão e promoção da obra de Euclides da Cunha. Acontecerá no mês de agosto em São José do Rio Pardo/SP.
- **NAV – Núcleo de Artes Visuais** – articulação com o município de Bauru para a seção de uma sala em espaço público para a implantação de um *fablab*. O projeto também envolve a formação de educadores e jovens com metodologia para alta inovação e robótica. Serão beneficiados 160 estudantes.
- **Em Cena** – apresentação em praça pública de peças de teatro, apresentações de circo e contação de histórias, para público livre, com participação de artistas locais, nos municípios de Campina Verde, Itapagipe e Botelhos, em Minas Gerais.

Na frente de incentivo ao Esporte, a AES Tietê Energia continuou com as negociações com os quatro municípios impactados pelo Complexo Eólico Alto Sertão II (Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí) para a implantação do Projeto Formação de Professores em Esporte, realizado pelo Instituto Esporte e Educação, cujo aporte da Companhia foi realizado em dezembro de 2018. A iniciativa visa a contribuir para a formação de 80 educadores envolvidos com a temática do Esporte Educacional, para a qualificação pedagógica e a ampliação do acesso de crianças e jovens à educação física, esportes e atividade física dentro e fora do contexto escolar.

ANEXOS

DADOS CONSOLIDADOS

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	30/06/2019	31/12/2018	Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	30/06/2019	31/12/2018
Ativo Total	7.914,9	7.602,6	Passivo Total e Patrimônio Líquido	7.914,9	7.602,6
Ativo Circulante	1.857,0	1.596,0	Passivo Circulante	1.645,5	1.441,1
Caixa e equivalentes de caixa	123,7	152,8	Fornecedores	1.217,2	1.111,8
Investimentos de curto prazo	1.273,2	881,1	Empréstimos, financiamentos e debêntures	78,1	120,9
Contas a receber de clientes	306,5	438,8	Passivo de arrendamento	0,8	-
Conta de ressarcimento	0,4	-	Conta de ressarcimento	12,1	12,4
Tributos e contribuições sociais compensáveis	57,4	21,9	Imposto de renda e contribuição social a pagar	52,0	43,5
Instrumentos financeiros derivativos	-	2,7	Outros tributos a pagar	12,2	8,9
Cauções e depósitos vinculados	63,1	73,8	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	183,7	41,6
Outros créditos	32,8	24,9	Obrigações sociais e trabalhistas	22,0	24,6
Ativo Não Circulante	6.057,9	6.006,6	Provisões para processos judiciais e outros	42,6	36,4
Contas a receber de clientes	13,1	13,1	Instrumentos financeiros derivativos	1,6	2,9
Conta de ressarcimento	1,4	2,5	Encargos setoriais	17,9	12,0
Tributos e contribuições sociais compensáveis	0,2	0,2	Outras Obrigações	5,2	26,1
Tributos e contribuições sociais diferidos	3,2	1,3	Passivo Não Circulante	4.802,8	4.638,1
Créditos fiscais de ágios incorporados	115,5	123,6	Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.144,3	4.007,0
Cauções e depósitos vinculados	139,6	159,8	Passivo de arrendamento	38,6	-
Outros créditos	1,6	1,9	Conta de ressarcimento	57,5	34,7
Imobilizado, líquido	5.572,2	5.487,3	Tributos e contribuições sociais diferidos	351,0	367,7
Intangível	211,1	217,0	Obrigações com entidade de previdência privada	34,8	32,1
			Obrigações sociais e trabalhistas	0,4	0,9
			Provisões para processos judiciais e outros	94,6	92,5
			Encargos setoriais	9,9	15,8
			Outras obrigações	71,6	87,4
			Patrimônio Líquido	1.466,6	1.523,5
			Capital social subscrito e Integralizado	416,6	416,6
			Reserva de capital	199,3	199,1
			Reserva de lucros	100,2	178,8
			Reserva legal	83,3	83,3
			Reserva de investimento	16,9	16,9
			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	0,0	78,6
			Ajustes de avaliação patrimonial	714,6	743,6
			Outros resultados abrangentes	(27,1)	(14,7)
			Lucros acumulados	63,0	0,0

Demonstração dos Resultados (R\$ milhões)	2T19	2T18	Var	1S19	1S18	Var
Receita Operacional Líquida	495,7	461,9	7,3%	996,7	892,0	11,7%
Custos e Despesas Operacionais	(349,4)	(256,6)	36,2%	(660,1)	(492,5)	34,0%
Compra de Energia Elétrica	(130,8)	(61,7)	112,0%	(229,6)	(101,4)	126,5%
Encargos de Uso de Transmissão e Conexão	(37,7)	(36,9)	2,1%	(75,8)	(72,2)	5,0%
Taxa de Fiscalização	(2,5)	(1,9)	29,7%	(5,0)	(3,9)	29,9%
CFURH	(10,6)	(10,2)	3,9%	(24,8)	(21,3)	16,9%
Multa sobre Ressarcimento	(3,0)	0,0	-	(4,2)	0,0	-
Pessoal	(30,8)	(33,6)	-8,3%	(66,0)	(64,9)	1,7%
Entidade de Previdência Privada	(1,9)	(1,1)	78,0%	(3,9)	(2,2)	78,0%
Material	(4,2)	(6,2)	-32,5%	(8,2)	(14,2)	-42,1%
Serviços de Terceiros	(42,8)	(32,3)	32,2%	(77,2)	(67,4)	14,5%
Depreciação e Amortização	(79,2)	(65,0)	21,9%	(153,2)	(129,6)	18,2%
Provisões para Processos Judiciais e Outros, líquida	(0,9)	(0,3)	251,3%	(1,0)	(1,1)	-8,6%
Outras despesas (Receitas) Operacionais	(5,0)	(7,3)	-32,2%	(11,2)	(14,4)	-22,3%
Lucro Bruto	146,3	205,3	-28,8%	336,6	399,5	-15,8%
EBITDA	225,5	270,3	-16,6%	489,8	529,2	-7,4%
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	(1,0)	(0,8)	25,5%	(2,0)	(2,1)	-4,6%
Receita (Despesa) Financeira	(99,5)	(69,2)	43,8%	(189,8)	(164,9)	15,1%
Receitas Financeiras	22,5	31,5	-28,7%	40,8	57,3	-28,7%
Despesas Financeiras	(130,9)	(117,3)	11,6%	(242,0)	(235,1)	2,9%
Variações Cambiais	9,0	16,7	-45,9%	11,3	12,9	-12,3%
Resultado Antes dos Tributos	45,8	135,3	-66,1%	144,8	232,6	-37,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(15,8)	(40,6)	-60,9%	(56,4)	(88,5)	-36,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5,5	(1,8)	-400,6%	9,1	3,6	155,1%
Lucro Líquido	35,4	93,0	-61,9%	97,5	147,7	-34,0%

GLOSSÁRIO

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) - Autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

APINE (Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica)

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) - Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Atua sob autorização do Poder Concedente e da regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes da CCEE, restritos ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

CDI (Certificado de Depósito Interbancário) - Taxa de referência no mercado de juros, originada da média negociada entre instituições financeiras.

CFURH (Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos) – Instrumento que busca ressarcir financeiramente os municípios atingidos pela água dos reservatórios das hidráulicas.

COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) – Contribuição federal, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas. Em geral é destinada a financiar a seguridade social.

COGE - Centro de Operações da Geração e Eclusas.

Contrato bilateral – Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre agentes da CCEE, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Covenants - Compromisso em um contrato de emissão de títulos, restringindo determinadas situações ou atividades com o objetivo de dar maior segurança ao financiador.

CPAMP (Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico) – instituída pelo MME com a finalidade de garantir a coerência e a integração das metodologias e programas computacionais utilizados pelo MME, pela EPE, pelo ONS e pela CCEE.

CVaR (Conditional Value at Risk) – medida utilizada para avaliação objetiva do risco de um portfólio que indica o valor esperado das perdas financeiras condicionado ao fato destas serem superiores a um limiar.

Ebitda (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization Expenses) - Resultados financeiros da empresa antes de serem subtraídos os juros, impostos, depreciação e despesas de amortização.

ENA (Energia Natural Afluente) - Medida em MW médios, é uma forma de apresentar a situação da vazão de um rio em um dado momento. Usualmente é calculada em percentual para mostrar se está acima ou abaixo da média histórica de longo termo (média mensal do histórico de 1931 a 2011).

Energia Secundária – Energia resultante do processamento de energia primária (que é natural e renova a si mesma) nos centros de transformação.

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) - Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Órgão responsável pelo planejamento energético nacional, englobando geração, transmissão, distribuição, petróleo e gás.

Garantia Física (Garantia Assegurada) – É a quantidade máxima de produção de energia elétrica que pode ser mantida pelas usinas hidráulicas durante um determinado período, admitindo a ocorrência de todo possível risco, como a variabilidade hidrológica.

GSF (Generation Scaling Factor/Fator de Ajuste da Garantia Física) – O percentual de energia que todos os participantes do MRE estão gerando em relação ao total da sua Garantia Física.

IEE (Índice de Energia Elétrica) – Índice setorial da B3 que tem como objetivo medir o desempenho do setor de energia elétrica.

IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) – Índice de inflação mensal, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que calcula a variação de preços no mercado de atacado, consumo, e construção civil, considerando inclusive produtos importados. O indicador apura as variações de preços de matérias-primas agrícolas e industriais no atacado e de bens e serviços finais no consumo.

IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) – Medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de inflação mensal calcula a variação dos preços no comércio, refletindo o custo de vida para famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) – Ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits) – Processo de realocação, entre Agentes de Distribuição participantes da CCEE, de sobras e déicits de montantes de energia contratados no ACR.

Mercado de curto prazo – Mercado que admite transações em que a entrega da mercadoria ocorre a curto prazo e o pagamento é feito à vista. É comum recorrer a este mercado para a obtenção de energia elétrica com urgência, normalmente devido à escassez do recurso, o que torna os preços elevados.

MME (Ministério de Minas e Energia) - Órgão que atua na formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes do CNPE

MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) - É direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferência de energia entre geradores.

ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) - Instituição responsável por operar, supervisionar e controlar a geração de energia elétrica no Sistema Integrado Nacional - SIN e por administrar a rede básica de transmissão de energia elétrica no Brasil. O ONS tem como objetivos principais o atendimento dos requisitos de carga, a otimização de custos e a garantia de confiabilidade do sistema. Outra responsabilidade da instituição é a definição das condições de acesso à malha de transmissão em alta-tensão do país.

PIS (Programa de Integração Social) – Tem a finalidade de promover a integração do empregado com o desenvolvimento da empresa em que trabalha. Por meio do cadastramento no programa, o trabalhador recebe um número de inscrição que possibilita consulta e saques de benefícios sociais.

PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) – Preço de curto prazo, pelo qual são liquidadas as diferenças entre a energia contratada e gerada. A volatilidade do preço está diretamente relacionada à dinâmica das afluências.

PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) - Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW e com reservatório de até 3km².

PPA (Power Purchase Agreement) - contrato de compra e venda de energia.

Sazonalização – A sazonalização admite que o volume de energia entregue para fins de lastro varie ao longo do ano, de acordo com a demanda do mercado atendido por aquela companhia. A variação normalmente acontece de acordo com as diferentes estações climáticas do ano.

SIN (Sistema Interligado Nacional) – Sistema hidrotérmico de grande porte, com forte predominância de usinas hidráulicas, composto por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. A operação no sistema é baseada na interdependência, integrando recursos hidrelétricos de geração e transmissão de energia para atender o mercado. A interligação viabiliza a troca de energia entre regiões com diferentes variações climáticas e hidrológicas, que tendem a ocasionar excedente ou escassez de produção. O sistema também prevê a redução de custos operativos e a minimização da produção térmica.

Submercado - Dadas as diferenças entre as características da malha de transmissão do SIN, as regiões que tem maiores semelhanças geoeletricas são agrupadas, formando assim um submercado, que é diferente da divisão geopolítica comumente utilizada.

TAR (Tarifa Atualizada de Referência) - É utilizada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A tarifa é reajustada anualmente com base no IPCA.

TUSDg (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para as geradoras) – Tarifa destinada ao pagamento pelo uso do sistema de distribuição.

UHEs (Usina Hidrelétrica de Energia) - Empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada superior a 30 MW e/ou com área total de reservatório superior a 3,0 km².

VN (Valor Normativo) – Custo de referência para cotejamento entre preço de compra e o preço a ser repassado às tarifas.